

INFLEXÕES ÍNDICAS NA DIÁSPORA ATLÂNTICA E NAS DINÂMICAS DO TRATO DE SERES HUMANOS NA ÁFRICA CENTRO- ORIENTAL, AO LONGO DO SÉCULO XIX*

Cristina Wissenbach  

Departamento de História, FFLCH/USP
Grupo de Pesquisa Ana Gertrudes de Jesus, mulher da terra, USP/CNPq

Na África, o tráfico foi, ao longo dos séculos, “resgate”, jamais “negócio”¹ |

Num ensaio escrito em 2008, intitulado *Escravidão e o mundo atlântico no século XIX*, a estudiosa francesa Catherine Coquery-Vidrovich ressaltou as feições oitocentistas tanto da escravidão na África, quanto do comércio de escravos no mundo Atlântico e no Índico. Entre muitos aspectos, assinalou que uma das consequências das restrições feitas aos fluxos transatlânticos por parte dos europeus, a partir dos inícios do XIX, foi sua extensão em direção à costa oriental, num movimento de crescente intensidade e com implicações profundas para as sociedades da região: o fortalecimento de novos poderes em detrimento a outros mais antigos, a ascensão de senhores da guerra, o aumento da comercialização dos fuzis e enormes deslocamentos populacionais causados por uma

* Pesquisa financiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa CNPq. Parte de seu conteúdo foi apresentada em encontros acadêmicos anteriores, desde os de Estudos Africanos na UFF, em São Luís e em encontros realizados em Maputo, Moçambique, promovidos pela Universidade Eduardo Mondlane, Arquivo Histórico de Moçambique e Centro Cultural Brasil – Moçambique. Pesquisa integrada ao Programa de Mobilidade Internacional USP/UEM, financiado pela CAPES/AULP, entre 2013 e 2018. Agradecimentos aos participantes do programa, sobretudo aos alunos e às alunas que iniciaram nele a pesquisa e o gosto pela história da África Oriental. Uma menção especial a Ana Maria Camargo (*in memoriam*) pela generosidade no acesso a sua coleção moçambicana, decorrente, em parte, de sua importante colaboração na organização e preservação dos acervos históricos de Moçambique. Por fim, aos pareceristas anônimos da Afro-Ásia que contribuíram para a revisão e adensamento do artigo.

1 José Capela, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*, Porto: Afrontamento, 2002, p. 21

trágica conjunção de agressões.² Outros historiadores, principalmente os que participaram de um número especial da revista *Slavery & Abolition*,³ deslindaram as particularidades do comércio de escravos no universo índico, reafirmando a necessidade de revisão de pressupostos atlânticos na avaliação dos processos aí ocorridos.

Partindo da ideia de uma globalidade oriental distinta – o mundo do oceano Índico (IOW) – esses autores avaliaram os movimentos do tráfico de escravizados no século XIX direcionados a diferentes frações. Este comércio abastecia as sociedades africanas orientais, os enclaves portugueses, as economias insulares índicas, as sociedades do Golfo Pérsico e da Índia, e as Américas. Em outras palavras, exportações de escravizados centro-orientais que se dirigiam para além dos domínios portugueses, do Brasil e de Cuba, destinando-se à Etiópia, ao Egito, à Península Arábica e ao Golfo Pérsico; a Zanzibar, Pemba, Somália, Madagascar, as Mascarenhas, a África do Sul, num movimento exponencial que compreendeu e cresceu durante o século XIX.⁴

A discussão que apresento neste artigo vem na sequência de reflexões feitas anteriormente sobre o tráfico nas regiões da África Centro-ocidental, sobretudo em torno de a Angola portuguesa e da região do

2 Catherine Coquery-Vidrovich, “L’esclavage en Afrique et l’Atlantique au XIXe siècle”. Texto apresentado ao Seminário Internacional *O Século XIX e as Novas Fronteiras da Escravidão*. Rio de Janeiro, UNIRIO, UFRJ, USP e Universidade Severino Sombra, agosto 2008.

3 Gwyn Campbell *et al*, “The Structure of Slavery in Indian Ocean Africa and Asia”, *Slavery & Abolition*, 24, 2, 2003, [DOI](#).

4 Robert Allen, *European Slave Trade in the Indian Ocean, 1500-1850*, Athens: Ohio University Press, 2014; Robert Allen, “Ending the History of Silence: Reconstructing European Slave Trading in the Indian Ocean”, *Tempo*, Niteroi, v. 23, n. 2 (2017), pp. 295-313, [DOI](#). No sentido de explorar as particularidades do tráfico e da escravidão no Oceano Índico, conferir o recente dossiê que sumariza, em parte, este que é um campo de pesquisa em expansão, “Legacies of Race and Slavery in the Atlantic and Indian Ocean”, *Monsoon – Journal of the Indian Ocean Rim*, v. 2, n. 2 (2024) e nele, a introdução de Edward Alpers, e a referência à palestra de Abdul Sheriff, intitulada “The Tyranny of the Atlantic Slavery, and an Agenda for the Study of Slavery in the Indian Ocean”. [DOI](#).

Baixo Congo, no período da primeira metade do século XIX.⁵ Tendo neste trabalho como referência o espaço africano centro-oriental, o objetivo desta nova etapa da pesquisa tem sido entender as similaridades e as distinções entre as realidades históricas do Atlântico e do Índico, mantendo algumas das problemáticas anteriores e alargando o horizonte em direção a outras questões. Entre elas indaga-se sobre as operações do comércio de escravizados no século XIX, desde o período de sua pretensa ilegalidade até sua continuidade na segunda metade do século; sobre os comportamentos de mercadores e traficantes nesse contexto e as articulações com as rotas de comércio africano e seus agentes e, na costa oriental, as intersecções com as redes de comércio swahili e árabe, sediadas nos vários checados e sultanatos da região.

Nesse sentido, salienta-se a ampliação dos parâmetros cronológicos do tema do tráfico transoceânico e africano, compreendendo o “longo” século XIX (na acepção de Eric Hobsbawm, mas extensiva ao contexto da inserção das sociedades africanas nas dinâmicas globais, como querem alguns autores),⁶ e a problemática de continuidade do comércio para além das proibições de meados do século. A partir dessas balizas focaliza-se aqui não só a inoperância da extinção imediata do tráfico, desejada pela política abolicionista europeia das primeiras décadas do século, como também a permanência vigorosa e não residual do comércio de escravos relacionada às demandas redobradas do capitalismo, das transformações operadas no continente africano e do processo de implantação do imperia-

5 Maria Cristina C. Wissenbach, “As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-Occidental na década de 1840”, *Afro-Ásia*, Salvador, n. 43 (2011), pp. 43-90, . Republicado em: João José Reis e Carlos Silva Jr, *Atlântico de dor. Faces do tráfico de escravos*, (Cruz das Almas/Belo Horizonte: EDUFRB/Fino Trato, 2016), pp. 473-511; Maria Cristina C. Wissenbach, “Dinâmicas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos, 1840-1870”, *Revista de História (USP)*, n. 172 (2015), pp. 163-195 

6 Eric Hobsbawm, *A era do império (1875-1914)*, Lisboa: Editorial Presença, 1990; Edward A. Alpers, *The Indian Ocean in World History*, Nova York: Oxford University Press, 2014.

lismo a partir dos finais do século XIX. Neste sentido, fica evidente o revigoramento das rotas e do próprio escravismo nas economias africanas que se voltam à produção de mercadorias para o comércio externo.⁷

O ponto de referência não deixa de ser a importância histórica do tráfico entre as Américas e a costa oriental da África. Trata-se de temática que ganhou espaço nas produções historiográficas ligadas tanto aos estudos da escravidão no Brasil, quanto da diáspora africana no Novo Mundo. Destacam-se as contribuições pioneiras Mary Karash, Roquinaldo Ferreira, Manolo Florentino e Herbert Klein sobre a movimentação do porto do Rio de Janeiro no século XIX,⁸ bem como as pesquisas recentes sobre a escravidão no vale do Paraíba, fluminense e paulista de Camila Agostini, Ricardo Salles, Juliana Magalhães e Thiago Lourenço.⁹ Na parte africana, é importante mencionar os trabalhos de Aurélio Rocha, José Capela, Edward Alpers, Luís Frederico Antunes, e, posteriormente, Diego Zonta e José Luís Cabaço, além do recente estudo de Patrícia Souza Faria¹⁰ – pesquisadores que contemplaram especificamente a história das

7 Maria Cristina C. Wissenbach, “Conectando sertões e oceanos. Trânsitos intracontinentais, vulnerabilidade social e centros de poder na África Central (segunda metade do século XIX, com especial referência a Katanga)” in: Lucilene Reginaldo & Roquinaldo Ferreira (orgs), *África: margens e oceanos: perspectivas de história social* (Campinas: Editora da Unicamp, 2021), pp. 141-177.

8 Mary C. Karash, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [1987]; Roquinaldo Ferreira, “Relatório do Alcoforado”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 28 (1995), pp. 219-229; Manolo Florentino, *Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997; Herbert Klein, *O comércio atlântico de escravos. Quatro séculos de comércio escravagista*, Lisboa: Editora Replicação, 2001.

9 Camila Agostini, “Africanos no cativeiro e a construção de identidades no além-mar: Vale do Paraíba, século XIX”, Dissertação (Mestrado em História), Unicamp, 2002, ; Ricardo Salles, *E o vale era escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; Juliana de Paiva Magalhães, “Moçambique e o vale do Paraíba na dinâmica do comércio de escravos: diásporas e identidades étnicas, século XIX”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, ; Thiago Campos Pessoa Lourenço, “O império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos comendadores José e Joaquim de Souza Breves”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. 

10 Aurélio Rocha, “Contribuição para o estudo das relações entre Moçambique e Brasil no séc. XIX (Tráfico de escravos e relações políticas e culturais)”, *Studia*, n. 51,

relações entre Moçambique e o Brasil, base historiográfica do presente artigo. Em comum, os autores assinalam a expressividade do século XIX no incremento dessas relações e os enormes aportes das levas de africanos escravizados conhecidos na diáspora como os “moçambiques” que chegaram ao Brasil na primeira metade do século XIX, sobretudo a partir da época em que passaram a vigorar as leis antitráfico adotadas depois de 1830.

Os moçambiques na diáspora e o tráfico para o Brasil

Dados sobre a presença de africanos centro-orientais no Brasil já foram evidenciados em grande parte desses estudos. Nos levantamentos feitos por Manolo Florentino sobre os desembarques no Rio de Janeiro, verificou-se o crescimento exponencial de escravizados oriundos dessa região nas cidades e nas fazendas do sudeste brasileiro, numa cifra que ultrapassou 1.000% entre os anos de 1795 e 1811. Segundo Florentino, se em 1795

(1992), pp. 61-118; José Capela, *O tráfico de escravos*; José Capela, “Mozambique-Brazil: Cultural and Political Influences Caused by the Slave Trade” in J. Curto e R. Soulodre-la France, *Africa and the Americas: Interconnections during the Slave Trade* (Trenton: Africa World Press, 2005), pp. 243-258; José Capela, *Dicionário de negreiros em Moçambique, 1750-1871*, Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007; Edward Alpers, “Mozambiques” in Brazil: Another Dimension of the African Diaspora in the Atlantic World” in J. Curto e R. Soulodre-la France, *Africa and the Americas: Interconnections During the Slave Trade*, (Trenton: Africa World Press, 2005), pp. 43-68; Edward Alpers, “‘Mozambique and ‘Mozambiques’: Slave Trade and Diaspora on a Global Scale” in E. Alpers; B. Zimba e A. Isaacman, *Slave Routes and Oral Tradition in Southeastern Africa* (Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2005); Luís Frederico Dias Antunes, “Nichos e redes: interesses familiares e relações comerciais luso-brasileiras na África Oriental (1750-1800)” in Maria Fernanda Bicalho e Vera Ferlini, *Modos de governar* (São Paulo: Alameda Editorial, 2005); José Luís Cabaço, “Diálogos históricos entre Brasil e Moçambique”, palestra apresentada ao ciclo *Moçambique lá e cá: relações históricas e culturais entre Brasil e Moçambique*, Programa de Mobilidade Internacional Capes/AULP, USP/UEM e o Centro Cultural Brasil Moçambique da Embaixada Brasileira, Maputo, 20 novembro 2014; Diego Zonta, “Moçambique” no século XIX: do comércio de escravos ao comércio legítimo”, *Dimensões*, v. 28 (2012), pp. 315-338, [↗](#); Patrícia Souza Faria, “Escravos trazidos do Índico: estudos de caso da presença efêmera na América Portuguesa (séculos XVII e XVIII)”, *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 16, n. 2 (2023), pp. 94-115, [↗](#).

o contingente específico de centro-orientais compunha cerca de 4% dos escravos desembarcados, já entre 1811 e 1830 a região oriental passou a ser responsável pelo fornecimento de quase 20% dos escravizados.¹¹ Mary Karash mantém porcentagem aproximada para os centro-orientais entrados no mesmo porto entre os anos de 1830 e 1850.¹² Já as estimativas da base *Slave Voyage* sobre o tráfico transoceânico apontam na mesma direção, demonstrando movimentos de uma diáspora de centro-orientais predominantemente para o Brasil e realizada de forma acentuada na primeira metade do século XIX. Como é possível vislumbrar nos dados sobre a procedência dos africanos, os embarcados a partir dos portos da África Oriental e das Ilhas do Índico para o Brasil constituíram 7,5% (267.663) de um total de 3.548.686 escravizados enviados compulsoriamente entre 1501 e 1875. Desses 267.663 embarcados destinados ao Brasil, 260.375 deles aportaram no século XIX – em outras palavras, 97,3% de todos embarques na região que tinham o destino Brasil ocorreram no século XIX. Por fim, ao considerar o período entre 1801 e 1875, dos 327.273 embarcados na África Oriental e nas Ilhas do Índico, 79,5% deles se destinaram ao Brasil, ou seja, os 260.375 citados anteriormente.¹³

Seguindo as indicações de vários autores é importante buscar não só o lugar desses escravizados na sociedade brasileira e suas expressões culturais no mundo da escravidão e do pós-emancipação, como também considerar que eles, os moçambiques, foram os “últimos a chegar”, se se faz sentido inverter a acepção de Ira Berlin, em *Gerações do cativo*, de 2006.¹⁴ De fato, como ressalta Alpers – sobretudo em *Becoming Mozambique* – sobre a diáspora moçambique para as ilhas do Índico e no texto

11 Florentino, *Em costas negras*, p. 81.

12 Karash, *A vida dos escravos*, p. 52.

13 *Slave Voyages. The Transatlantic Slave Trade Data Base (TSTDB 2)*, , agradecendo a colaboração de Gabriel Yamauchi no tratamento dos dados. A possibilidade de documentar as dinâmicas do Índico em direção ao Atlântico a partir das versões da base de dados foi inicialmente abordada por Jane Hopper e David Eltis, “The Indian Ocean in Transatlantic Slavery”, *Slavery & Abolition*, v. 34, n. 3 (2012), pp. 353-375, .

14 Ira Berlin, *Gerações do cativo*, Rio de Janeiro: Record, 2006.

sobre os moçambiques no Brasil¹⁵ e também Eduardo Medeiros,¹⁶ é preciso entender que por trás do rótulo diaspórico “moçambique”, aparentemente homogêneo, existiram diferentes frações étnicas que o compunham, combinando grupos que recebiam etnônimos locais – como os macua, os manganja, os maconde –, e outros referidos a lugares de origem ou aos portos de embarque – os quelimane e inhambane, por exemplo.

A composição diversificada dos moçambiques aparece na documentação sob várias formas. A diversidade de procedência e a referência aos diversos grupos que subjaziam ao rótulo identitário geral pode ser documentada, por exemplo, nas listas de nomes que acompanharam a apreensão dos navios tumbeiros pelas autoridades imperiais, provenientes da costa oriental, entre 1839-1841. Para os 379 africanos e africanas mencionados nas listagens dos liberados do navio Ganges, procedente de Quelimane e apreendido em 1839, além das marcas que portavam em seus corpos, aparecem indicadas individualmente suas nações: moçambique, quelimane, macua, mucena, machau, magange, manange, entre outros tantos.¹⁷ Diversidade similar aparece também nas fontes iconográficas e nos registros feitos pelos viajantes-artistas, entre eles Jean-Baptiste Debret¹⁸ e João Mauricio Rugendas¹⁹ sobre a população africana existente no Rio de Janeiro no século XIX. Neles, tanto em pranchas ilustrativas, quanto nos testemunhos textuais, seguindo os moldes do pensamento da época, cada “nação” africana foi apresentada com sua língua, seus atributos físicos e comportamentais, bem como repre-

15 Edward Alpers, “Becoming ‘Mozambique’: Diaspora and Identity in Mauritius”, conferência apresentada ao *Harriet Tubman Seminar*, Department of History, York University, Toronto, 1999; Alpers, “‘Mozambiques’ in Brazil”, pp. 43-68.

16 Eduardo Medeiros, “Moçambicanização dos escravos saídos pelos portos de Moçambique”, *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 12, n. 23 (2018), pp. 166-203, [↗](#).

17 Arquivo Nacional; Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Marcas de escravos. Listas de escravos emancipados vindos a bordo de navios negreiros (1839-1841)*, Rio de Janeiro: Edição fac-símile, 1989.

18 Júlio Bandeira; Pedro Corrêa do Lago (orgs), *Debret e o Brasil – obra completa (1816-1831)*, São Paulo: Capivara, 2008.

19 Pablo Diener e Maria de Fátima Costa, *Rugendas e o Brasil – obra completa*, São Paulo: Capivara, 2014.

sentada nos desenhos das incisões e escarificações características feitas no rosto e no corpo, que artistas e viajantes reconheciam como sendo suas “marcas tribais”.

Além de Debret e de Rugendas, viajantes que participaram da expedição norte-americana na década de 1830, encomendada pelo Congresso dos Estados Unidos e dirigida por Charles Wilkes,²⁰ foram mais contundentes na identificação das várias nações entre os cativos trazidos ao Brasil, ao explicitar as línguas faladas na cidade do Rio de Janeiro pelos africanos recém-chegados ou já ladinizados. Desta expedição participou Horatio Hale, responsável pela elaboração do volume dedicado à etnografia e filologia da expedição que, em suas pesquisas, aproveitou-se do fato de a cidade do Rio de Janeiro ser um verdadeiro laboratório para o estudo sobre a diversidade linguística africana. Antecipando de certa forma o que faria anos mais tarde S. W. Koelle em Serra Leoa em seu estudo *Polyglotta Africana* de 1854,²¹ Hale comentava a partir de suas investigações que “do Equador à latitude 30° sul, o continente da África é ocupado por um único povo, falando dialetos de uma língua geral”.²² No manuscrito que possivelmente deu origem à publicação, localizado e estudado por Silvana Jeha,²³ Hale detalhava os procedimentos de coleta entre os seus informantes:

É possível que haja alguma suspeita sobre a exatidão delas [informações] devido à fonte de onde foram derivadas – ou seja, de pessoas que estiveram ausentes de seu país natal por algum tempo. No entanto,

20 Charles Wilkes, *Narrative of the United States Exploring Expedition during the years 1838, 1839, 1840, 1841, 1842*, Philadelphia: Lea & Blanchard, 1845, 5 volumes; Mary Ann Junqueira, *Velas ao mar. U.S. Exploring Expedition (1838-1842) – A viagem científica de circum-navegação dos norte-americanos*, São Paulo: Intermeios, 2015.

21 P. E. H. Hair, “The Enslavement of Koelle’s Informants”, *Journal of African History*, v. 6 (1965), pp. 193-203, [↗](#).

22 Horatio Hale, *Etnography and Philology. Exploring Expedition during the years 1838, 1839, 1840, 1841, 1842*, v. 6. Philadelphia: C. Sherman, 1845, p. 165.

23 National Anthropological Archives, Washington, Mss National, MS 7235, Horacio Hale, *African Tribes Language and Tattooing Customs of African Tribes (1838)*; Silvana Jeha, *Uma história da tatuagem no Brasil. Do século XIX à década de 1970*. São Paulo: Veneta, 2019. Meu agradecimento à autora pela indicação e disponibilização do documento.

deve-se observar que um escravo no Rio de Janeiro não está na condição de um estrangeiro solitário, vivendo no meio de um povo que nada entende de sua língua, mas está cercado por inúmeros compatriotas, com os quais se comunica em sua própria língua. Além disso, quando qualquer dos negros examinados parecia ter esquecido, mesmo que minimamente, sua língua nativa, uma confiança adicional era depositada em seu testemunho.²⁴

Compartilhando como outros investigadores (filólogos, sobretudo) a constatação de uma unidade linguística entre os povos bantos na África Central, defendida por Harry Johnston nos inícios do século XX,²⁵ Hale organizou um pequeno dicionário de termos utilizados cotidianamente na cidade pelos africanos centro-orientais dos grupos “mudjana”, “makonde”, “takwani”, “nyambana”, “masena” e “sofala”, além das falas centro-ocidentais: congo, angola e benguela. O dicionário buscava verificar a unidade linguística a partir da referência a vocábulos comuns, tais como os de deus, homem, mãe, rei, cabelo, olhos, ouvidos, dentes, lua, estrela, dia, água, fogo, casa e morte.

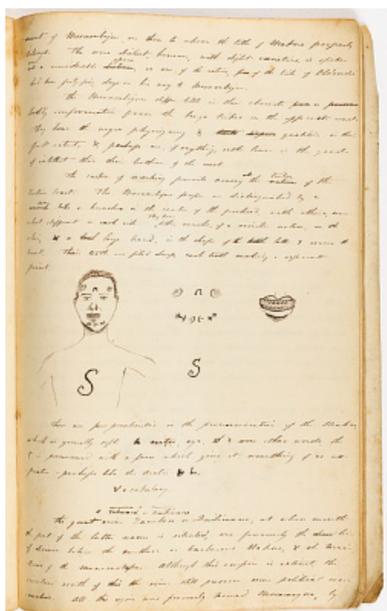
No mesmo volume e com a ajuda de seu colega, o artista Alfred Thomas Agate, Hale escrutinou características físicas e marcas que portavam cada um dos grupos. E anotou e desenhou as escarificações faciais e corporais dos “makua”, dos “nyambana” e dos “mudjana” e dos takwani. Em caderno manuscrito, suas observações atestam que dispunha de conhecimento sobre a história pregressa da região da África Austral, reconhecendo, por exemplo, o centro de poder dos Monomotapa, a localização dos domínios portugueses na região do Zambeze, muitas vezes informado nas questões dos dialetos locais por cronistas portugueses em suas viagens à costa oriental, mencionando por exemplo o dominicano João dos Santos, dos inícios do século XVII.

24 NAA, MS 7235, Horacio Hale, *African Tribes Language and Tattooing Customs of African Tribes (1838)*, s/p, minha tradução.

25 Robert W. Slenes, ““Malungu, ngoma vem”:África coberta e descoberta no Brasil”, *Revista de História*, v. 12 (1991-1992), pp. 48-67; em versão mais recente: 

O costume de marcar prevalece entre todas as tribos da Costa Oriental. O povo moçambicano propriamente dito é distinguido por uma cicatriz em forma de ferradura no centro da testa, com outras, um pouco diferentes, em cada lado. Eles têm outras marcas, de natureza semelhante, no queixo, e uma grande marca em forma de letra S sobre o peito. Seus dentes são afiados, cada dente formando uma ponta separada.²⁶

Figura 1



Fonte: National Anthropological Archives (Washington). Horatio Hale Manuscripts. *African Tribes Language and Tattooing Customs of African Tribes* (1838). MS 7235, 133.

Transcrevendo aqui o texto do manuscrito que acompanha a imagem seguinte:

26 NAA, MS 7235; Horatio Hale, *African Tribes Language and Tattooing Customs of African Tribes* (1838), parte texto da imagem 132.

“uma ou duas estrelas impressas na mesma parte”, ou “uma grande cicatriz levantada a modo de um S no ventre”; os morave com “estrelas na testa”.²⁷

As marcas – faciais e corporais – dizem respeito a uma memória física e espiritual dos tempos que precederam o deslocamento compulsório para as Américas e a escravização, carregadas, portanto, de historicidade. Na direção contrária aos sentidos que tinham para os africanos e as africanas assim identificados, o detalhamento das “marcas tribais” esteve presente, com muita insistência, nos estudos etnográficos, realizados desde há muito tempo pelos estrangeiros que percorreram o continente. Na maior parte das vezes, tratados como indicador da barbárie e do primitivismo dos povos incivilizados; em outras, exibindo o que havia de interessante, exótico e diferente entre eles – e o problema do exotismo, escrevia Sérgio Buarque de Holanda, desde 1944, é que com ele “afastamo-lo [o negro] naturalmente de nós, sem truculência e sem humilhação, mas com uma curiosidade distante e sobranceira”.²⁸ Além disso, os desenhos das incisões, bem como a referência às nações, foram usados nos sistemas de controle e de regulamentação fiscal, na época colonial, quando o corpo dos africanos “era lido e interpretado como um repositório de semelhanças, diferenças e singularidades a ser potencialmente acionado para a recuperação das informações envolvendo transações tributárias centralizadas na propriedade escrava”, como quer o estudo recente de Aldair Rodrigues.²⁹

Exatamente por esse motivo, e tempos depois no período imperial, as marcas rituais continuaram sendo abundantemente referidas nos anúncios de jornal sobre as fugas de escravizados e de escravizadas que eram descritos em minúcias físicas, trajés, hábitos e comportamentos, ao lado de outras tantas características que poderiam ajudar seu

27 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Setor de Manuscritos, I – 47, 23, 17, Luís Vicente de Simoni, *Tratado médico sobre o clima e as enfermidades de Moçambique (1821)*, mss, p. 41.

28 Sérgio Buarque de Holanda, *Cobra de vidro*, São Paulo: Perspectiva, 2ª edição, 1978, p. 13.

29 Aldair Rodrigues, “‘Com duas geais em cada uma das fontes’: escarificações e o processo de tradução visual da diáspora jeje em Minas Gerais durante o século XVIII”, *Afro-Ásia*, n. 63 (2021), p. 136, 

reconhecimento; no caso das escarificações étnicas (e não das marcas de propriedade), quase sempre de africanos e africanas. Em linhas gerais, os estudos recentes vêm demonstrando que, em nenhum outro tipo de fonte os atributos individuais dos escravizados foram tão declinados como os anúncios de jornais. Disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, ferramenta que elevou a outro patamar as possibilidades de estudo da imprensa e especificamente de seus anúncios, a análise desta fonte instruiu tanto o estudo de Rafael Galante sobre musicalidades africanas, quanto o de Silvana Jeha sobre as escarificações identitárias.³⁰ Alguns exemplos retirados de ambos os trabalhos e envolvendo “moçambique” são esclarecedores, por exemplo: “No dia 29 de março, fugio ao Capitão José Pereira de Azevedo, hum escravo de nome Manoel, pouco ladino, Nação Mujao de Moçambique, altura ordinária, picado de bexigas, huma estrela na face do lado esquerdo, e outras pelo corpo, sendo estas de sua terra”.³¹

Nesse outro, referido ao “preto Franciso”, morador na rua da Lampadosa, possivelmente local de concentração da nação, às marcas acrescentam-se elementos da musicalidade moçambique, particularmente a “rebeca de cuia”:

Cincoenta mil reis de gratificação a quem apprehender e levar à rua da Lampadosa, n. 67, hum preto de nome Francisco, nação Moçambique, alto mal-encarado, com ambas as orelhas furadas, riscos por trás das mesmas, mostra ter quarenta e tantos anos de idade toca marimba de huma só corda, foi escravo de fulana Francisca da Encarnação.³²

Em outro documento, referido a um mesmo nome e nação, além das marcas atrás da orelha, apresentava-se como indicador a habilidade em tocar outro instrumento característico, a marimba de uma corda só,

30 Rafael Benvindo Galante, “*Essa gunga veio de lá*”. *Sinos e sineiros na África Centro-ocidental e no Brasil Centro-africano*, Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022, p. 33, ; Jeha, *Uma história da tatuagem no Brasil*.

31 *Apud* Jeha, *Uma história da tatuagem no Brasil*, p. 93.

32 *Apud* Galante, “*Essa gunga veio de lá*”, p. 25.

isso na província de Minas Gerais, sendo ele um trabalhador na empresa inglesa de mineração:

Fugio da Companhia da Catta Branca um negro de nome Francisco, Nação Moçambique, de idade de 25 anos pouco mais ou menos, de estatura regular, magro, e pouca barba, tem sinais de nação na cara e pelo corpo, cor muito negro, quando fugio tinha o pé e a mão inchada, e costuma andar tomando uma rabeca de cuia. Quem o prender [...] Ouro Preto, 10 de janeiro de 1834.³³

Historicamente, além dos testemunhos visuais, é importante mencionar a familiaridade com as procedências africanas dos sujeitos escravizados por parte da classe dominante, sobretudo entre os fazendeiros do vale do Paraíba, bem como os das áreas costeiras da região norte de São Paulo e do sul fluminense, e nessas sociedades oitocentistas, a presença de africanos e africanas vindos da região da África Centro-Ocidental, mas também do atual Moçambique. Essa familiaridade diz sobre um elemento profundo: a participação direta ou indireta da elite senhorial no comércio ilegal de escravizados entre as décadas de 1830 e 1850, e o fato de que mantinham agentes, donos e capitães de navios e tripulações no rol de seus agregados. O processo de Bracuhy – episódio estudado pioneiramente por Hebe Mattos, Eduardo Schnoor e Martha Abreu que resultou da apreensão em 1854 do brigue Camargo, procedente de Quelimane e da Ilha de Moçambique – deixou à mostra o comprometimento de fazendeiros e a natureza de suas fortunas geradas nos negócios ilícitos do tráfico, desde as primeiras décadas do século.³⁴

Em Bananal, esse negócio era chefiado pelo Comendador Aguiar Valim e, na região fluminense, pelos irmãos José e Joaquim de Souza Breves. Segundo os dados levantados por Thiago Lourenço, na região de Mangaratiba e Angra dos Reis, Rio de Janeiro, 100% dos navios que desembarcaram escravizados (e sobre os quais o historiador

33 *Apud* Galante, “*Essa gunga veio de lá*”, p. 31.

34 Hebe Mattos e Eduardo Schnoor, *Resgate – uma janela para o Oitocentos*, Rio de Janeiro: Top Books, 1995.

encontrou documentação) seriam provenientes da ilha de Moçambique, de Quelimane e Inhambane, entre outros pontos da costa, e de Ibo, norte de Moçambique, uma das ilhas do arquipélago das Querimbas.³⁵ Entre os navios que se dirigiam às localidades sob o controle dos Breves, o pesquisador mencionou navios pertencentes a Manuel Pinto da Fonseca, José Bernardino de Sá, Antônio Garrido, João Pedro da Costa Coimbra que atuavam tanto em Benguela, como no Baixo Congo,³⁶ quanto também na costa leste, mercadores de escravos que gozavam de grande intimidade com os barões do café do vale do Paraíba, sendo que alguns deles costumavam passar seus verões nas fazendas locais.³⁷ Ainda na cidade de Bananal, centro dos fazendeiros coligados aos irmãos Breves, Juliana Magalhaes evidenciou na documentação cartorial a presença recorrente de africanos vindos da costa leste da África.³⁸ Utilizando-se de inventários *post-mortem*, compilou listas dos plantéis, elaborando quadros sobre essas ocorrências e concluiu que o estudo dos etnônimos dos cativos vale-paraiibanos não só indicou a grande variabilidade de nomes de nações, como também a familiaridade dos fazendeiros e dos notários com as procedências africanas. Entre elas, muitas anotações das nações dos centro-orientais, ao lado de um número expressivo de “não reconhecidos”.

A radiografia feita pela produção historiográfica mencionada sobre as nações africanas no Brasil, incrementada por Mary Karash, em seu capítulo sobre as nações no Rio de Janeiro,³⁹ e a importância dos contingentes africanos no mundo da escravidão brasileira, se mostrou substantiva para perceber direções e singularidades na constituição das culturas negras nas Américas, suas manifestações religiosas e societárias. O conceito de nação diaspórica desenvolvido por João José Reis, Lorand

35 Lourenço, *O império dos Souza Breves nos Oitocentos*; Thiago Campos Pessoa Lourenço, “Comércio negreiro na clandestinidade: as fazendas de recepção de africanos da família Souza Breves e seus cativos” in *Afro-Asia*, n. 47 (2013), pp. 43-78.

36 Wissenbach, “Dinâmicas de um porto”.

37 Lourenço, *O império dos Souza Breves*, pp. 153-154.

38 Magalhães, “Moçambique e o vale do Paraíba”, 2010.

39 Karash, *A vida dos escravos*, 2000.

Matory, Edward Alpers, Guendolyn Midlo Hall, Marisa Soares, Nicolau Parés, Juliana Farias, Carlos Soares e Flávio Gomes,⁴⁰ entre tantos outros estudiosos e estudiosas, tem sido ponto de inflexão para avaliar a complexidade da formação histórica afro-brasileira, como também o sentido polissêmico das identidades, em seu caráter plural, histórico e não tendente ao essencialismo, como conclui Toby Green, na revisão que fez do conjunto dessa literatura.⁴¹ Por outro lado, também como fator aglutinador desde a época de suas senzalas e danças em separado,⁴² os “moçambiques” procuravam manter-se próximos a partir de uma identidade muito mais baseada em valores culturais do que por seu número. As expressões do ser moçambique manifestam-se, historicamente, nas particularidades de ritos fúnebres, sediados na Igreja da Lampadosa,⁴³ e contemporaneamente, nas tradições de grupos afrodescendentes no mundo das narrativas e das manifestações da Congada,⁴⁴ com as Guardas de Moçambique, suas gungas e pantagomes, sonoridades características e rituais complexos,

40 João José Reis, “Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão”, *Tempo*, v. 2, n. 3 (1997), pp. 7-33, [📄](#); James Lorand Matory, “Yorubá: as rotas e as raízes da nação transatlântica, 1830-1950”, *Horizontes antropológicos*, v. 4, n. 9 (1998), pp. 263-292, [📄](#); Alpers, “Mozambiques” in Brazil”; Alpers, “Becoming ‘Mozambique’”; Gwendolyn Midlo-Hall, “Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas”, *Topoi*, v. 6, n. 10 (2005), pp. 29-70, [📄](#); Gwendolyn Midlo Hall, *Escravidão e etnias nas Américas*, Petrópolis: Editora Vozes, 2017; Mariza Soares, “A ‘nação’ que se tem e a ‘terra’ de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII”. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 26, n. 2 (2004), pp. 303-330; Luís Nicolau Parés, *A formação do candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*, Campinas: Editora da Unicamp, 2007; Juliana B. Farias; Carlos Eugênio Soares e Flávio Gomes, *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

41 Toby Green, “From Essentialism to Pluralism: New Directions in Pre-Colonial West African History from the Oral History Archive at Fajara, The Gambia” in Toby Green e Benedetta Rossi, *Landscapes, Sources, and Intellectual Projects of West African Past: Essays in Honour of Paulo de Moraes Farias*, Leiden: Brill, 2018, pp. 332-352

42 Saint-Hilaire, 1822, *apud* Magalhães, *Moçambique e o vale do Paraíba*, p. 10.

43 J. B. Debret, 1834-39, *apud* Magalhães, *Moçambique e o vale do Paraíba*, p. 118.

44 Leda Martins, *Afrografias da memória: o reinado no Rosário de Jatobá*, Belo Horizonte: Mazza; São Paulo: Perspectiva, 1997.

como os do Candombe.⁴⁵ Na história sobre a adesão de Nossa do Senhora do Rosário ao mundo dos escravizados, conta-se que:

Quando negro tomou o candombe a moça apareceu na água e veio, em direção a margem, [...] Negro tocou o candombe tirou ela d'água e beijou sua mão; “com licença moça bonita”. Ai o negro cambeta, preto velho, ofereceu seu cajado como pinguela, uma passagem da água pra terra. Ela saiu da água sentou no tambor mais velho, o Santana e chorou.⁴⁶

As dinâmicas do tráfico na África Centro-Oriental

Voltando à temática do tráfico transoceânico, a guinada do Atlântico em direção ao Índico característica aos movimentos desse comércio no século XIX, foi um processo decorrente de uma série de fatores. Os autores assinalam, entre eles, a pressão britânica concentrada preferencialmente no flanco ocidental, a oposição às pretensões abolicionistas por poderes africanos não alinhados à política europeia e uma oferta generosa derivada de dinâmicas internas nas partes africanas orientais, fomentando ainda mais um negócio que já vinha estruturado a partir das experiências do comércio de escravos em direção às ilhas francesas das Mascarenhas. De acordo com José Capela, a intensificação foi, além disso, favorecida por vicissitudes do Império português – a transferência da Corte em 1808, a

45 Edmilson de Almeida Pereira e Núbia Pereira de Magalhães Gomes, *Ouro Preto da palavra: Narrativas de preceito do Congado em Minas Gerais*, Belo Horizonte: PUC-Minas, 2003. Rafael Benvindo Galante, “Da cupóbia da cuíca: a diáspora dos tambores centro-africanos de fricção e a formação das musicalidades do Atlântico negro (Sécs. XIX e XX)”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, 2; Edmilson de Almeida Pereira, *Os tambores estão frios: herança cultural e sincretismo religioso de Candombe*, Juiz de Fora: Belo Horizonte: Funalfa Edições; Mazza Edições, 2005.

46 Depoimento Seu Zezé, *apud* Juliana Garcia-Correa, “Contos e contas do rosário: sobre mito, rito e objetos do reinado em Minas Gerais” in Camilla Agostini, *Objetos da escravidão. Abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 273.

independência do Brasil e as medidas favoráveis à liberdade de comércio nos portos moçambicanos.⁴⁷

Do lado africano, a questão apresenta-se complexa, uma vez que o aumento da escravização nas zonas meridionais da África teve como pano de fundo, como já apontado a partir da interpretação de Coquery-Vidrovich,⁴⁸ uma conjunção de incidentes e de agressões que atingiram fortemente a região centro-oriental e, que, segundo Jill Dias teria afetado também a África Centro-Occidental, desde a primeira metade do século XIX.⁴⁹ Dentre eles, pode-se destacar: alterações climáticas e ecológicas, epidemias, fases de carestia e de fome, tudo isso associado aos processos de deslocamento dos povos *nguni* conhecidos na literatura como *Mfecane*, bem como uma movimentação constante de populações de refugiados e o aumento das expedições escravizantes.⁵⁰ Estas últimas não só se aproveitavam do clima de instabilidade, como acrescentavam um elemento na trágica conjunção. A incidência crescente das caravanas em busca de escravos e de marfim foi motivada sem dúvida pelas demandas decorrentes do Atlântico, e também da expansão das *plantations*, sobretudo ao norte do rio Rovuma (limite atual de Moçambique), dos cultivos de cravo, de cacau, de gergelim e de outros gêneros, todas elas trabalhadas, veladamente ou não, por escravizados, nos termos apontados tanto por Edward

47 Capela, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*, pp. 80-82.

48 Coquery-Vidrovich, “L’esclavage en Afrique”.

49 Jill R. Dias, “Famine and Disease in the History of Angola (c. 1830-1930)”, *Journal of African History*, v. 22, n. 3 (1981), pp. 349-378, [DOI](#).

50 Gabriela Aparecida Santos, “‘Lança presa ao chão’: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX. ”, Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, [DOI](#). A autora sintetiza a discussão historiográfica sobre o processo; referências mais detalhadas ver nota 113 adiante.

Alpers,⁵¹ quanto por Paul Lovejoy,⁵² e Frederick Cooper,⁵³ processos sumarizados em trabalho anterior.⁵⁴

O comércio de escravos no Índico foi marcado por etapas características, na expressão cunhada por Eduardo Medeiros, sendo que, na sua organização, se apresentam dois dados relevantes: atividades direcionadas a várias sociedades ou frações do universo índico e as experiências históricas que precederam a exportação atlântica, sobretudo quando o tráfico esteve voltado ao abastecimento das ilhas francesas do Índico, Reunião e Ilha de França e suas plantações açucareiras, a partir do século XVIII.⁵⁵ O artigo de Edward Alpers,⁵⁶ sobre o comércio francês e os estudos de Nancy Hafkin,⁵⁷ sobre as atividades ao norte de Moçambique, sublinham a presença de companhias de monopólio francesas, organizando as redes mercantis, a intensa participação dos mercadores da ilha de Moçambique, a preferência aos escravos “moçambiques” em detrimento aos de Madagascar e, por fim, as diferentes zonas de captação de escravos, sobretudo as localizadas na região norte onde os mercadores franceses e seus agentes atuavam a partir do século XVIII.

Na conjuntura dos finais do século XVIII e inícios do XIX, as guerras napoleônicas e os acordos luso-britânicos introduziram perturbações nos fluxos habituais de exportação e progressivamente o deslocamento deles em direção sul, contornando o extremo do continente e coincidindo com os avanços das demandas atlânticas. No que se refere especificamente às

51 Edward Alpers, *Ivory and Slaves. Changing Pattern of International Trade in East Central Africa to the Late Nineteenth Century*, Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1975.

52 Paul Lovejoy, *A escravidão na África – uma história de suas transformações*, Tradução, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

53 Frederick Cooper, *Plantation Slavery on the East Coast of Africa*, Portsmouth: Heinemann, 1997.

54 Wissenbach, “Conectando sertões e oceanos”.

55 Eduardo Medeiros, *As etapas da escravatura no norte de Moçambique*, Maputo: Estudos 4, Arquivo Histórico de Moçambique, 1988.

56 Edward Alpers, “The French Slave Trade in East Africa (1721-1810)”, *Cahiers d’Études Africaines*, v. 10, n. 37, 1970, [↗](#).

57 Nancy Hafkin, “Trade, society and politics in northern Mozambique, c. 1753-1913”. Tese (PhD in History), Boston University, Boston, 1973, [↗](#).

dinâmicas do tráfico no século XIX, é possível acrescentar ainda o curto-circuito introduzido a partir de uma região mais ao norte, as ingerências e demandas de Zanzibar que aumentam a partir da segunda metade do século.⁵⁸ Segundo Coquery-Vidrovich, os impactos desse movimento secular tiveram resultados expressivos; “tudo isso destruiu as velhas sociedades cujo equilíbrio se apoiava até então sobre a combinação da agricultura de subsistência, da extração do ouro e do comércio de marfim e certamente de escravos”.⁵⁹ Tudo levou ao aumento dramático do comércio de escravos durante o século e todas as suas inferências, conclui a autora.

No trabalho datado de meados da década de 1970, *Ivory & Slaves*, Edward Alpers amplia o escopo geográfico e temporal da abordagem da análise, e detalha com maior acuidade as redes comerciais internas, as mudanças de orientação do comércio de longa distância, bem como a multiplicidade de agentes que atuavam no mesmo espaço-tempo: além dos mercadores yao, o envolvimento dos povos macua, os maravi, as comunidades swahili da costa, os indianos estabelecidos em diversos pontos do litoral, os franceses e os portugueses.⁶⁰ Segundo ele, como também Newitt, eram negócios de diferentes proveniências alimentados por fluxos vindos do interior e que traziam marcas distintas: ora acompanhando as caravanas de marfim com predominância as dos yao, ora vindos de zonas próximas ao litoral, com os macua, ora ainda, eu acrescentaria, as caravanas dos árabo-swahili, e dos nyamwezi que atravessavam a região dos lagos em direção às regiões equatoriais do Congo.⁶¹

58 Sobre as rotas e o comércio pré-existentes entre as sociedades swahilis, Zanzibar, Pemba e Kilwa e regiões do Índico, ver Thomas Vernet, “Slave Trade and Slavery on the Swahili Coast (1500-1750)” in B. A. Mirzai; I. M. Montano; P. Lovejoy, *Slavery, Islam, and Diaspora*, (Trenton: Africa World Press, 2009), pp. 7-76. Sobre a importância de Kilwa-Kivinje, parte continental da ilha de Kilwa, destino das rotas de marfim e de escravos no século XIX, e pouco referida nos relatos oitocentistas, Pierre Blanchard, “Kilwa-Kivinje: ville historique abandonnée de la côte tanzanienne”, *Taârif*, v. 5 (2015), pp. 36-45, [📄](#)

59 Coquery-Vidrovich, “L’esclavage en Afrique”, p. 25.

60 Alpers, *Ivory and Slaves*.

61 Malyn Newitt, *História de Moçambique*, Lisboa: Publicações Europa-América, 1995, p. 230 e seguintes.

Em termos quantitativos, Paul Lovejoy arrisca avaliações: propõe uma cifra de 100.000 africanos reduzidos à escravidão e exportados da África oriental no século XVII, 400.000 no século XVIII e, por fim, 1.618.000 no século XIX. Deste último cômputo, observa que quase 50% dos escravizados eram retidos na costa da África oriental e a outra metade enviada tanto para as demais sociedades do Oceano Índico (Arábia, Pérsia, Índia, 21,4%), quanto para as Américas (25,1%) e os demais 5,9% para o arquipélago das Mascarenhas.⁶² Segundo Harms, no período de atuação do abolicionismo inglês no Índico, entre os anos de 1801-1860, navios de bandeira portuguesa e/ou brasileira carregaram cerca de 440.000 escravizados dos portos do Canal de Moçambique em direção ao Brasil, o que equivaleria, segundo o autor, a quase que o total de embarcados na América do Norte em todo o período do comércio de escravos.⁶³ Por fim os próprios dados da *SlaveVoyage* detalham que entre os anos 1801 e 1875, dos 327.273 de africanos e africanas embarcados compulsoriamente nos portos da região da África Oriental e das Ilhas do Índico, 260.375, ou seja, 79,5%, foram trazidos para o Brasil.⁶⁴

Diante disso, o objetivo é perseguir indícios e chamar a atenção para a presença de mercadores brasileiros, luso-brasileiros, portugueses e de outras nacionalidades envolvidos nas dinâmicas desse comércio em direção ao Atlântico. Muitos dos mercadores, agentes e casas comerciais já eram anteriormente ativos nas partes ocidentais, entre as várias comunidades em que atuavam, sobretudo nas regiões de domínio da Coroa. Alguns autores têm se debruçado sobre o estudo das comunidades de “negreiros”, ou de tumbeiros, é preferido denominá-los: Aurélio Rocha, em artigo datado de 1988; Luís Frederico Antunes, nas investigações sobre negociantes e navios oriundos da Bahia e do Rio de Janeiro, para o

62 Lovejoy, *A escravidão na África*, pp. 234-235.

63 Robert Harms, “Introduction” in R. Harms; Bernard Freamon; David Blight, *Indian Ocean Slavery in the Age of Abolition*, (New Haven; Londres: Yale University Press, 2013), p. 8.

64 TSTDB-2, acesso: 10 dez. 2024.

período anterior ao século XIX, Edward Alpers e José Luís Cabaço.⁶⁵ E, para todos os períodos, o conjunto da obra do historiador José Capela.⁶⁶

No contexto do mundo plural do Índico, os mercados de escravizados em Moçambique e em Quelimane

Na história dos mercadores de origem brasileira ou luso-brasileira na África Oriental, e outros vinculados aos negócios com o Brasil, é possível deslindar duas ou três gerações com fisionomias distintas e diferentes formas de intersecção com as sociedades locais. A primeira delas aparece já no século XVIII articulada aos incentivos trazidos pela política pombalina no sentido de incrementar o comércio da região de Moçambique em direção ao Brasil, atraindo comerciantes da Bahia e do Rio de Janeiro.⁶⁷ Entre alguns dos expoentes de nacionalidade luso-brasileira e vivendo na ilha de Moçambique destaca-se Tomás Antônio Gonzaga, não tanto pela expressividade econômica de seus negócios, mas principalmente por se tratar de figura pública cuja biografia mereceu estudos pontuais, principalmente o de Adeldo Gonçalves.⁶⁸ Na tese, o autor escrutina a vida moçambicana do degredado Gonzaga e oferece elementos importantes para se pensar a inserção mais ampla dele na sociedade insular: sua dedicação aos serviços públicos da administração portuguesa e a vinculação social

65 Ver relação dos autores, nota 8.

66 Além das obras mencionadas no presente artigo, que evidenciam a expressividade do trabalho de José Capela nos temas da história social de Moçambique, do tráfico e das dinâmicas sociais dos portos ligados a estes negócios, é importante assinalar seus esforços no sentido de sistematizar tanto o dicionário de negreiros (citado a seguir), quanto de quantificar navios saídos das várias localidades de Moçambique e seus destinos (não só atlânticos como índicos), indicando para cada um deles fonte e acervo. “Repertório dos navios nos portos de Moçambique no tráfico de escravos, 1721-1860” in Capela, *O tráfico de escravos*, pp. 305-354.

67 Alpers, *Ivory and Slaves*, p. 126.

68 Adeldo Gonçalves, *Gonzaga, um poeta do Iluminismo (biografia)*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

e política à elite de negociantes locais, estabelecida por meio de uma aliança matrimonial. Integrava-se assim a uma classe de mercadores de origens diversas. Referindo-se especificamente à ilha de Moçambique, Eugénia Rodrigues afirma o caráter plural desta elite que “como outras cidades-porto do Índico, [Moçambique] tornou-se também um espaço de confluência de vários povos: elementos africanos, os macuas, famílias de antiga origem árabe, europeia e indiana já mestiçadas, bem como os que dessas proveniências continuavam a chegar.”⁶⁹

Tal como grande parte dos homens brancos, “cristãos” que viviam na sede do governo geral de Moçambique, também Gonzaga tornou-se proprietário nas terras fronteiriças à ilha. A partir de um documento de 1802, Eugénia Rodrigues⁷⁰ pode arrolar os donos de machambas de mandioca nas freguesias de Cabaceira Grande, Mossuril e Ampapa, e mencionar entre eles o ex-inconfidente, seu sogro, Alexandre Roberto Mascarenhas e sua sogra, Dona Juliana França de Souza, ambos reconhecidos comerciantes de escravos, ao lado de outros: Eleutério José Delfim e Joaquim do Rosário Monteiro, figuras expressivas nas menções do dicionário de negreiros de José Capela.⁷¹ Segundo ainda a historiadora,

69 Eugénia Rodrigues, “Fazendo escravos: trato oceânico e escravização no vale do Zambeze na viragem para o século XIX” in Augusto Nascimento; Eugénia Rodrigues; Aurélio Rocha, *Moçambique: relações históricas regionais e com países da CPLP*, (Maputo: Alcance, 2011), p. 151.

70 Eugénia Rodrigues, “Do Atlântico ao Índico: percursos da mandioca em Moçambique no século XVIII”, Comunicação apresentada ao *V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Maputo, 1998; Maria Bastião, “Redes mercantis e expansão territorial na Ilha de Moçambique de Setecentos”. *Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*, outubro 2012, pp. 1-16; Eugénia Rodrigues, “Tracing the Imperial Roots of Cassava in Mozambique: Production, Trade and Consumption of a Food Commodity”, *Historia Agraria. Revista de agricultura e Historia Rural*, vol. 24, n. 94 (2024), pp. 69-99, [↗](#)

71 Capela, *Dicionário de negreiros em Moçambique*. Segundo ele, formariam uma geração associada ao tráfico, os *self made slave dealers*, “aqueles que já instalados na praça, atentos às novas oportunidades dos negócios que surgem, as aproveitam com sucesso” (p. 12). Neste sentido, detalha a atuação de Joaquim do Rosário Monteiro, armador de navios que usa para transportes em direção tanto ao Atlântico, quando às ilhas francesas do Índico e a Goa, utilizados também por comerciantes rentistas, entre eles goeses, árabes ou afro-árabes estabelecidos na ilha de Moçambique; pelo que se notar, ativo nos portos de Moçambique e Quelimane, entre os anos iniciais do século XIX a cerca de 1820, quando seus negócios se transferem para o filho. Capela traz

suas fazendas e engenhos aplicavam técnicas brasileiras de fabricação do açúcar e da farinha, sendo este um produto relacionado de maneira óbvia à alimentação dos escravizados e como tal acompanhava as rotas do comércio de escravos e as caravanas dos yaos e dos macuas. A produção desses artigos estendeu-se até a região dos macuas, difundindo-se depois à Zambézia e ao norte, entre as ilhas Querimbas, localidades igualmente vinculadas ao comércio de escravos em direção ao Atlântico, no século XIX. Por outro lado, segundo Aurélio Rocha, para alimentar a chamada comunidade brasileira, criam-se estabelecimentos especializados nos produtos de preferência ainda nos finais do século XVIII, tal como a Casa do Rio de Janeiro, onde eram comercializados tabaco, açúcar, aguardente, mandioca, milho, feijão, abóbora, além de armas, pólvoras e madeiras.⁷²

A região compreendida pela ilha de Moçambique e suas adjacências continentais aparece como zona de intersecção entre mercados insulares, grupos africanos e afro-islâmicos. As “Terras Firmes”, como era denominada uma estreita península que integrava as povoações de Mossuril e as Cabaceiras, abrigava além de centros administrativos portugueses e os postos militares, a vizinhança swahili, onde eram realizadas feiras públicas, para as quais eram trazidas mercadorias vindas do interior, a feira de Sancul e a de Mossuril. Eram a Feira dos Mujaos (yao) e a Feira dos Macuas nas quais se armazenavam os gêneros antes de serem transportadas à ilha e onde se fixavam os “patamares”, intermediários entre os mercadores cristãos e mouros.⁷³

informações também sobre Eleutério José Delfim, mercador na ilha e em Quelimane, dono de navios para o transporte de mercadorias para as ilhas Maurícias e Seicheles, principalmente nos períodos iniciais do século. Entre os mercadores, sublinha os “baneanes, casta comerciante hindustânica com preponderância no comércio de longa distância a partir do porto de Moçambique” (p. 12). Sobre a trajetória de Joaquim do Rosário Monteiro, ver: Ernestine Carreira, “A ilha de Moçambique no comércio mundial em finais do Antigo Regime: a carreira do armador goês Joaquim do Rosario Monteiro (1775-1814)” in André Teixeira; Artur Teodoro de Matos, João Teles da Cunha (orgs.), *O Estado da Índia e a costa oriental africana*, (Lisboa: Edições Humus, 2024), pp. 269-322.

72 Rocha, “Contribuição para o estudo”, p. 203.

73 Alpers, *Ivory and Slaves*, p. 118.

Na crônica do carmelita Frei Bartolomeu dos Martyres, de 1822,⁷⁴ os terrenos anexos à capital eram essenciais à vida da cidade em razão do comércio que se fazia com os “sertões imediatos do continente Macuano”, consistindo produtos, em sua maior parte, mantimentos e escravatura, “pouco marfim, por não serem os ditos sertões abundantes de elefantes, e algum tabaco para gastos da cidade”; gêneros estes trocados por fazendas grossas de várias cores vindas de Malabar, missangas, pólvora, espingarda, manilhas de cobre e de latão, aguardente de cana e diferentes quinquilharias”.⁷⁵ Observa ainda que “todo esse comercio é feito por mercadores volantes de entre os mouros do país, pelos cafres habitantes, todos destros na maneira de traficar”. Também verifica a presença de uma numerosa nação, chamada por ele de “mujão”, que desce entre os meses de agosto e setembro às praias dos portugueses, trazendo para mais de 2.000 escravizados, algum marfim e mantimentos em pouca quantidade, comercializados no geral na zona da Mossuril e das Cabaceiras, com a vantagem do preço baixo com que os vendem. Conclui ele: “É dessas terras denominadas Macuanas que vem a maior parte dos escravos que se transporta para o Brasil”.⁷⁶

Em termos políticos, as Terras Firmes constituíam uma faixa fronteira ao país dos macuas e vizinha dos territórios de xeques e sultões aliados ou não dos portugueses: os xecados de Sancul, Sangage, Quitangonha, Mogincual e Infusse, e mais ao sul, o poderoso sultanato de Angoche, este último integrado ainda em rede com as elites muçulmanas de Zanzibar, das ilhas Comores e de Madagascar.⁷⁷ Tratava-se

74 Arquivo Histórico de Moçambique, Seção Especial nº 216-a, Cota S.E. 2 III, Frei Bartolomeu dos Martyres, *Memória chorográfica da província ou capitania de Mossambique na costa d’Africa Oriental*, p. 9.

75 AHM, Seção Especial nº 216-a, Cota S.E. 2 III, Frei Bartolomeu dos Martyres, *Memória chorográfica da província ou capitania de Mossambique na costa d’Africa Oriental*, pp. 50-51.

76 AHM, Seção Especial nº 216-a, Cota S.E. 2 III, Frei Bartolomeu dos Martyres, *Memória chorográfica*, p. 37.

77 Regiane Augusto de Mattos, “A dinâmica das relações no norte de Moçambique no final do século XIX e início do século XX”, *Revista de História*, n. 171 (2014), pp. 383-419, .

de uma área de soberanias compartilhadas e por isso mesmo marcadas por grande instabilidade política, denotando acima de tudo um domínio luso e alianças extremamente fragilizados, uma região em que o “capitão mor se via frequentemente em apuros para conter as diversas chefaturas macuas”, e a indisposição das autoridades swahili, como afirma Luís Frederico Antunes,⁷⁸ fato evidenciado anteriormente no estudo de Aurélio Rocha.⁷⁹ Em outras palavras, zona de intersecção não só econômica, como também política e cultural, nos encontros muitas vezes conflituosos entre os moradores e administradores das cidades portuguesas, as redes de poder africanas e afro-islâmicas.

As relações entre portugueses, xecados e sultanatos dessa região, e mais ao norte nos distritos que formam atualmente Cabo Delgado, vem sendo estudadas de forma mais detalhada por muitos historiadores. Já o estudo de Nancy Hafkin, de 1973,⁸⁰ evidencia não só a fragilidade do domínio português na região norte de Moçambique, como também o fato de que as relações eram atravessadas pelo comércio de escravos e pelo papel central que as sociedades islamizadas da costa tinham sobre ele, desde pelo menos a segunda metade do século XVIII. As relações harmoniosas prevaleciam enquanto houvesse concordância e convivência das autoridades portuguesas; azedavam-se quando iam no sentido contrário. Nesse setor do oceano Índico, de Cabo Delgado à Quelimane, os swahili, escreve ela, estavam em vantagem:

Não todos os swahilis, mas a classe dirigente dos principais estabelecimentos ao longo da costa, entre a baía de Fernão Velloso e a embocadura do rio Ligonha [...]. Isso incluía os sultões, os xeques, os capitães mores e os vizires de Quitangonha, na península de Matibane, ao norte da ilha de Moçambique; Sancul, na baía de Mocambo, ao sul; Sangage, no rio Santo Antônio e Angoche, na ilha de mesmo nome,

78 Antunes, “Nichos e redes”.

79 Aurélio Rocha, “Resistência em Moçambique: o caso dos swahili, 1850-1913” in *Relação Europa-África no 3º Quartel do século XIX*, 1ª Reunião Internacional de História da África, Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), Lisboa, 1989, pp. 581-612.

80 Hafkin, “Trade, Society, and Politics”.

no estuário do rio Mluli. Eles controlavam muitos dos portos onde inicialmente mercadores franceses e árabes vinham comprar escravos e comercializavam com os chefes macuas e yao do interior que traziam a mercadoria humana.⁸¹

Importante assinalar que as relações entre sociedades da costa e do interior não se davam exclusivamente nos termos econômicos e comerciais; circunstancialmente, e como mostra Mattos, eram também acionadas na construção de tradições relativas à fundação das sociedades costeiras, à concepção das lealdades dadas pelo parentesco e mesmo pela adoção de estruturas matrilineares, ligando culturalmente macua e swahili.⁸²

Além dos autores mencionados, Chapani Muiuia contribuiu no sentido de evidenciar o teor das relações entre autoridades lusas e afro-islâmicas, utilizando a coleção da correspondência mantida entre os respectivos centros de poder feita numa escrita que combinou a grafia árabe com a swahili e os termos bantos, chamada de literacia ajami.⁸³ Averiguando a partir dos manuscritos especificamente dois eixos de interações entre ilhas e continente: ilha de Moçambique x Sancul e mais ao norte, ilha de Ibo x Quissanga. O autor explora os diálogos e as tensões entre as autoridades portuguesas e as jurisdições que compunham as sociedades swahilis, como vimos, numa relação de diplomacia complexa, marcada por tratados e destratados, acordos mútuos e rompimentos frequentes. Os embates se tornaram mais agudos quando envolveram questões relativas ao comércio de escravizados diante das medidas de contenção do tráfico adotadas tanto por Sá da Bandeira, na década de 1830, quanto as impostas pelo convênio anglo-português. Evidencia-se nesses casos o fato de que

81 Hafkin, “Trade, Society, and Politics”, p. ix, minha tradução.

82 Regiane A. de Mattos, “As dimensões da resistência em Angoche: da expansão do sultanato a política colonialista portuguesa no Norte de Moçambique (1842-1910)”, Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, pp. 56-62, [↗](#); Regiane Augusto de Mattos, “Poder e estratégias políticas no norte de Moçambique: a relação entre as pia-mwene e o governo português no final do século XIX”, *Revista Anos 90*, v. 21 (2014), pp. 91-110, [↗](#).

83 Chapane Mutuia, “Ajami Literacy, Class, and Portuguese Pre-colonial Administration in Northern Mozambique”, Dissertation (Masters in Historical Studies), University of Cape Town, 2014, [↗](#)

a autoridade dos portugueses era tão somente uma entre tantas, principalmente porque as sociedades muçulmanas tinham orientações que iam de encontro às imposições europeias.

Segundo Capela, foram múltiplas as tentativas de resistência diante das medidas tendentes a obstar o comércio de escravos, principalmente depois que a Coroa portuguesa estabeleceu de forma mais firme o controle e a proibição do tráfico. A oposição das classes de comerciantes estabelecidos nos portos do tráfico e de muitos dos funcionários ligados ao governo português em Moçambique apresentou-se na forma de representações, sobretudo diante do decreto de 10 de dezembro de 1836, do ministro Sá da Bandeira. Como mostra, a “Representação de 29 comerciantes da praça de Moçambique, expondo ao Governador Geral (Marques de Aracaty) a necessidade de obstar o decreto 10 de dezembro de 1836”,⁸⁴ e, no caso de Quelimane e sob o mesmo teor, a representação de 53 mercadores, no ano de 1842, assinada tanto por moradores, quanto por negreiros volantes, no dizer de Capela,⁸⁵ e o capítulo igualmente amplo da recusa das autoridades afro-islâmicas em estancar tão rendoso negócio.⁸⁶ Além e depois dessas iniciativas, Alpers e Domingues registraram em seu estudo a má vontade dos mesmos setores em cumprir o decreto de 14 de dezembro de 1854, que determinava a obrigatoriedade do registro dos escravos e dos libertos existentes nas várias localidades lusas de Moçambique.⁸⁷

O processo de exoneração de um capitão mor das Terras Firmes, do ano de 1847, é uma pequena amostra do “equilíbrio instável” existente

84 Francisco Santana, *Documentação moçambicana avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino* (volume III), Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, p. 998.

85 Capela, *O tráfico de escravos*, p. 57.

86 Rocha, “Resistência em Moçambique”, pp. 581-612.

87 Edward Alpers; Daniel Domingues. “Abolition and the Registration of Slaves and Libertos in Portuguese Mozambique, 1856–76”, *The Journal of African History*, v. 62, n. 3 (2021), pp. 377–393, [DOI](#). Sobre a temática mais ampla dos processos de manumissões em Moçambique, assinala-se Eugenia Rodrigues, “Lhe dei a sua alforria e liberdade que por esta torno a repetir’: escravatura e manumissão na sociedade colonial de Moçambique” in André Teixeira; Artur Teodoro de Matos; João Teles da Cunha (orgs.), *O Estado da Índia e a costa oriental africana*, (Lisboa: Edições Humus, 2024), pp. 159-174.

entre o mando luso e o poder dos xeques e dos sultões.⁸⁸ Formando um dossiê, de 1847 a 1849, movido contra o major Cândido da Costa Soares, acusado e depois exonerado por “não dar execução das ordens do Governo para evitar o tráfico de escravos “que fazem os Brasileiros no distrito de Angoche”, mostrando-se, além disso, incapaz de conter desembarques de navios pertencentes ao brasileiro Manoel Maria Margú, dono de feitorias na localidade e agente da casa de Manoel Pinto da Fonseca, e acusado de desmobilizar as redes e alianças que eram mantidas com os mercadores “mujojos, os mais abastados dos moradores daquelas ilhas”.⁸⁹

Entre muitas idas e vindas, discussões sobre culpas e responsabilidades, o processo indica a enorme autonomia de que desfrutava o sultão de Angoche que “desde 1816 não tem mandado receber os seus ordenados a esta Capital, por desinteligências que naquela época houverão” e pelas “muitas lições dos mujaos, e árabes”. Nos detalhes do processo, verificava-se sua determinante recusa em receber duas cartas (uma em português e outra em “mouro”) vindas das autoridades portuguesas simplesmente “por não saber de onde vinham [quem as escreve] e porque elas não tem selo”, conforme correspondência dele, “o sultão de Angoxe, ao xeque de Sancul e traduzida por Nizamodin Lambath”.⁹⁰ Mas, segundo os termos da investigação, seriam esses pretextos que encobriam a não aceitação do sultão em cumprir as ordens de desmobilizar os mercadores tumbeiros e de expulsar os “homens de chapéu”, como eram caracterizados, nesses documentos e em outros, os mercadores cristãos, em contraposição aos “homens de touca”, termo atribuído no geral aos mercadores muçulmanos.

88 Arquivo Histórico de Moçambique, Códice S. E. III, nº 243, Pasta: Correspondência Particular de João da Costa Xavier. Dossiê 1847-1849, *Processo contra o Comandante das Terras Firmes, Cândido da Costa Soares, pelo crime de insubordinação*.

89 AHM, Códice S. E. III, nº 243, Dossiê 1847-1849, *Processo contra o Comandante das Terras Firmes, Cândido da Costa Soares, pelo crime de insubordinação*.

90 AHM, Códice S. E. III, nº 243, Dossiê 1847-1849, *Processo contra o Comandante das Terras Firmes, Cândido da Costa Soares, pelo crime de insubordinação*, doc. 8. O nome do tradutor, Lambath, consta do *Dicionário de negreiros*, de Capela, como patrão-mor da galera Flor de Moçambique (p. 189)

Em termos amplos, o conjunto de documentos evidencia a questão da vasta rede de intermediários e as comunicações, escritas ou não, entre o centro de poder de Moçambique e o de Angoche, e entre este e o xeque de Sancul, o da Cabeceira Pequena, o de Quitangonha – alguns deles funcionários da administração portuguesa que recebiam soldo – além de intérpretes e escribas, e por fim, autoridades da administração portuguesa, todos comungados na tentativa de se livrar do cumprimento das ordens e dar continuidade ao rendoso negócio.

Mas, especificamente, as informações trazidas pelo processo e somadas às de outros documentos detalham a figura de Cândido da Costa Soares, que parece sintetizar o comprometimento de parte das autoridades portuguesas com o tráfico. É longa a lista de cargos que ocupou na governança local; em 1830, seu nome aparece como Membro da 1ª Comissão Julgadora dos Contrabandos, num ofício que considera legal a “tomada de 30 escravos feita na Cabaceira Pequena pelo furriel da 3ª Cia de Artilharia, destacada na contra costa da mesma Cabaceira”.⁹¹ Segundo Capela, nome entre os negreiros, foi Juiz Presidente do Senado da Câmara de Moçambique, em 1828, e entre 1836 e 1837, fez parte do Décimo Governo Provisório, subscrevendo a representação já citada dos comerciantes de Moçambique contrários à execução do Decreto de 10 de dezembro de 1836.⁹² Em 1837, foi nomeado, Capitão-Mor das Terras Firmes,⁹³ cargo do qual foi exonerado, conforme dito no processo acima. Um ano depois, em 1838, recebeu o título de Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa das mãos de D. Maria II.⁹⁴ A imagem de sua residência e a de seus herdeiros, revela numa outra dimensão a projeção social do traficante.

91 Santana, *Documentação Avulsa moçambicana*, volume II, p. 131.

92 Capela, *Dicionário de negreiros em Moçambique*, pp. 117-118.

93 Santana, *Documentação Avulsa moçambicana*, volume II, p. 158; vol. I, p. 639; vol. III, p. 901.

94 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registro Geral de Mercês de D. Maria II, Livro 7, folha 252.

Figura 3



Fonte: Habitação dos herdeiros do brigadeiro Cândido da Costa Soares, na Cabaceira Grande. Gravura em madeira, P&B, autoria J. Pedroso, sem data (AHU/ICONI/064/00480)

Voltando às comunidades de negreiros, José Capela biografa em seu dicionário nomes de um segundo conjunto de mercadores vinculados ao comércio com o Brasil, alguns com aderência às sociedades locais, outros que, aparentemente, nunca estiveram em Moçambique, agindo por meio de agentes e de suas casas mercantis.⁹⁵ Capela localiza este grupo a partir da década de 1820, mas associa-o mais especificamente ao contexto da relativa clandestinidade do tráfico entre os anos de 1830 e 1840, até os princípios de 1850 e, especialmente, à ampliação do tráfico

95 Capela, *Dicionário de negreiros em Moçambique*, p. 12. O autor fornece largas informações sobre cada um dos mercadores, localizando trajetórias e envolvimento políticos e comerciais, informando a base documental de suas atividades; sobre José Bonifácio Alves da Silva, pp. 79-82; sobre Manuel Joaquim Mendes de Vasconcelos e Cirne, pp. 75-77; Capela, *Donas, senhores e escravos*, Porto: Edições Afrontamento, 2ª. edição revista, 2019, pp. 91-152.

em direção a Quelimane. O autor destaca figuras como José Bonifácio Alves da Silva, militar, governador local, senhor de prazo, com diversos cargos na administração lusa, ligado à armação de navios tumbeiros desde o início do século, António José Pedroso, ambos classificados como os dois portugueses mais ricos naquela capital e Manuel Joaquim Mendes de Vasconcelos e Cirne também governador local, construtor e armador de navios.⁹⁶

Entre os “estrangeiros”, encontra-se o já afamado Manuel Pinto da Fonseca, nascido em Portugal e mencionado como cidadão brasileiro, “exemplo típico da prepotência e arrogância que os negreiros alcançaram”, no dizer de Aurélio Rocha,⁹⁷ e outros também referidos nas informações e nos inquéritos sobre os portos e as enseadas brasileiras e africanas centro-ocidentais da época do tráfico ilegal; além de Fonseca, José Bernardino de Sá e Antônio Garrido que, como vimos, atuavam tanto na costa leste, quanto em Benguela e na região do Baixo Congo.⁹⁸ Trânsitos de navios que, muitas vezes, poderiam tomar direções variadas, as chamadas “viagens redondas”, ligando os portos da costa oeste aos do Leste, rumo ao Rio de Janeiro.⁹⁹

Aqui também, segundo os dados retirados da base SlaveVoyage, mostra-se a expressividade dos dois maiores portos de Moçambique associados ao comércio de escravos, e neles o peso das relações com o Brasil. Sobre a ilha de Moçambique, considerando o período entre 1664 e 1859, dos 213.998 transportados, 124.778, ou seja, 58,3% deles, deles

96 Capela, *Dicionário de negreiros em Moçambique*, pp. 12-13; Rocha, “Contribuição para o estudo”.

97 Rocha, “Resistência em Moçambique”, p. 584.

98 Roquinaldo Ferreira, *Dos sertões ao Atlântico. Tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*, Luanda: KILombelombe, 2012; Ferreira, “Relatório do Alcoforado”; Lourenço, “O império dos Souza Breves”. Mais recentemente a coletânea de textos sobre traficantes, entre eles José Bernardino de Sá e Manuel Fonseca, ver Luiz Fernando Saraiva; Silvana Andrade dos Santos; Thiago Campos Pessoa (orgs), *Tráfico & traficantes na ilegalidade*, São Paulo: Hucitec Editora, 2022.

99 Nielson Rosa Bezerra, “Mosaicos da escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do recôncavo da Guanabara (1780-1840)”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, [↗](#).

tiveram como destino os portos brasileiros. Já sobre Quelimane, no período de 1797 a 1852, dos 118.037 africanos embarcados, 113.543 deles, ou seja, 96,2%, vieram para o Brasil. Com relação aos dados estimados para o século XIX, dos 260.375 embarcados dos portos da África Oriental e Ilhas do Índico destinados ao Brasil, 113.342, ou seja, 43,5%, provieram de Quelimane e 118.097, ou seja, 45,3%, saíram do porto da Ilha de Moçambique com o mesmo destino. Informa-se assim que embora a importância de Quelimane como local de exportador de escravizados tenha crescido significativamente no século XIX, podendo dizer-se que foi um porto oitocentista e brasileiro por excelência (basta ver as datas da base de dados), ambos os portos de origem dividiram entre si a vinda dos chamados “moçambiques” em direção ao Brasil no século XIX.¹⁰⁰

Localizada mais ao sul, Quelimane era a porta de saída dos contingentes escravizados que desciam do vale do Zambeze, e das partes da África oriental onde ocorreu uma colonização portuguesa substanciada pelo sistema dos prazos da coroa. Sua situação como porto fluvial, às margens do Rio dos Bons Sinais, ou Cuácua, afluente do Zambeze, distante alguns poucos quilômetros do mar, apresentava uma geografia repleta de pequenos rios e ilhas fluviais, tornando a região propícia para o tráfico de escravos, sobretudo nas fases em que este se encontrava ilegal.

Por suas condições, a sede atraiu não só os negociantes da ilha e de outras nacionalidades, como também navios, agentes e mercadores de Cuba, do Brasil, dos Estados Unidos, desde a década de 1810, passando a exportar parte dos fluxos em direção ao Atlântico Sul.¹⁰¹ Segundo Capela, além de estar organizada em casas mercantis, a elite negreira compreendia, entre ela, um grupo de construtores e armadores envolvidos diretamente num surto de construção naval ligado à projeção avassaladora do tráfico e, sob novas tecnologias, o aumento da capacidade de transporte de seres humanos:

100 TSTDB 2, acesso 10 dez 2024; Capela, *O escravismo colonial em Moçambique*, pp. 56-66.

101 Newitt, *História de Moçambique*, p. 231; Alpers, “Moçambique marítimo”.

Assaz notável foi o surto de construção naval que o tráfico de escravos provocou no porto de Quelimane. Entre 1817 e 1820 foram apostas nada menos que cinco quilhas em outros tanto navios cuja arqueação, dada em escravos, vai de 504 a 700 ou 800, fato inédito não só em toda costa oriental como na costa ocidental.¹⁰²

Armadores de navios, donos e donas de prazos, militares e funcionários da governança lusa, governadores e capitães mores, o rendoso comércio atraía quase todos os segmentos da sociedade de Quelimane e das adjacências. Eduardo Medeiros compactua com a perspectiva de José Capela de que, a partir do incremento das rotas em direção ao Atlântico, entre 1820-1840, aos segmentos locais aos segmentos locais juntaram-se agentes e mercadores estrangeiros, de várias nacionalidades, com pouca aderência à sociedade local.¹⁰³ Neste sentido, tanto os viajantes quanto os especialistas no tema são unânimes em afirmar que Quelimane passou a ser uma espécie de “Meca” dos mercadores ligados aos negócios do Rio de Janeiro e seus agentes, assim como os de Cuba. Entre as casas comerciais que eram montadas, segundo Gerard Liesegang, nos finais da década de 1840, atuava uma casa comercial brasileira que recolhia refugiados vindos do interior e que, na condição de fugitivos dos ataques dos povos *nguni*, conforme os termos do historiador, vinham em busca de proteção, e eram rapidamente embarcados nos navios em direção ao Brasil.¹⁰⁴ Não sem sentido o fato de que se formou, segundo alguns autores, uma comunidade brasileira em Quelimane, social e culturalmente substantiva, chamada de “Pequeno Brasil”.¹⁰⁵

102 Capela, *O tráfico de escravos*, p. 83.

103 José Capela e Eduardo Medeiros, *O tráfico de escravos para as Ilhas do Índico, 1720-1902*, Maputo: INLD / UEM, 1988.

104 Gérard Liesegang, “José Fernandes Junior, ca. 1872-1965 – Testemunho do período mercantil e da implantação do imperialismo na antiga zona de influência de Tete”. *Arquivo*, n. 10 (1991), p. 145.

105 “As festas urbanas mais populares, tocadas pelas bandas locais eram as réplicas das festas populares brasileiras, com incidência para o carnaval. As marchinhas, o samba, os grupos carnavalescos transformaram por exemplo a cidade de Quelimane em capital do carnaval e começou a ser conhecida por o “Pequeno Brasil”. Lourenço do Rosário, “O Brasil no imaginário dos moçambicanos no período colonial: em busca da desasimilação – o caso do vale do Zambeze”, *Conferência no ciclo Moçambique lá e cá*:

De Quelimane em direção ao rio Zambeze: os testemunhos dos comissários britânicos e os observadores lusos

Uma parte da cartografia do tráfico de escravos, da descrição dos navios e de suas cargas humanas, o envolvimento das autoridades e dos comerciantes resolutos em dar continuidade às atividades criminalizadas, vem dos relatos dos oficiais navais a serviço da coroa britânica, comandando as embarcações que faziam a polícia dos mares, desde a década de 1840, ou antes disso.¹⁰⁶ Concentrando o esforço abolicionista em Madagascar e nos polos da África-oriental portuguesa, desde as convenções de 1817 mas, mais particularmente a partir do tratado anglo-português de 1842, a estes comissários estava facultado o direito de visita e a apreensão dos navios, dos seus tripulantes e os trâmites de liberação dos africanos e as africanas que estivessem a bordo, em casos que seriam remetidos às Comissões Mistas Anglo-portuguesas, do Cabo, de Angola e do Cabo Verde. No Índico, o esquadrão marítimo britânico, sediado em *Cape Town*, vigiava a costa do Cabo da Boa Esperança até o Equador e, com aproximadamente uma dúzia de navios, patrulhava cerca de 1.300 milhas entre a baía de Delagoa a Zanzibar.¹⁰⁷

Navegando pelo Canal de Moçambique, o tenente inglês Richard Barnard, noticiava, em 1848, a movimentação de Quelimane, indicava a

relações históricas e culturais entre Brasil e Moçambique, Programa de Mobilidade Internacional Capes/AULP; USP/UEM; Centro Cultural Brasil Moçambique da Embaixada Brasileira em Maputo, 2014, p. 4 (texto não publicado).

A mesma compreensão, relativa às musicalidades moçambicanas, aparece em Galante, “*Essa gunga veio de lá*”, p. 24. Questão que deve ser investigada mais a fundo, na perspectiva do que vem sendo sugerido nos estudos sobre as diferentes comunidades de brasileiros tanto nos portos da Costa da Mina, entre os chamados *agudás*, quanto na Costa do Ouro, Gana, com os *tabons*, locais de intensa movimentação do tráfico e comunidades formadas a partir deste comércio e da diáspora dos retornados.

106 Edward Alpers, “The Other Middle Passage: The African Slave Trade in the Indian Ocean” in Emma Christopher *et al.*, *Many Middle Passages: Forced Migration and the Making of the Modern World* (San Diego: University of California Press, 2007), pp. 20-38, [doi](#)

107 Harms; Freamon; Blight, *Indian Ocean Slavery*.

cooptação de autoridades locais e denunciava a existência de barracões nas ilhas e nos diferentes rios, tanto ao norte, quanto ao sul da cidade, “desde Quizungo até o Luago”.¹⁰⁸ Durante sua estadia, entre várias ações, foi responsável pela apreensão do navio intitulado Progresso, com 450 africanos a bordo.¹⁰⁹ Nesta ocasião, como em outras, Barnard recebia constantes notícias da eventual chegada de outras embarcações: “Eu ouvi que poderíamos esperar um navio que estaria prestes a atracar, comprado por americanos no Rio de Janeiro”, capaz de transportar cerca de 800 escravizados.¹¹⁰ Os termos pelos quais Newitt recolhe seu testemunho, deixa mais claro ainda o teor das considerações do militar sobre a profundidade da questão e a inoperância do controle do comércio. Segundo o historiador: “aos poucos o comissário vai descobrindo as verdadeiras dimensões da rede negreira e, por trás da hospitalidade, ele fazia ouvidos moucos para tais atividades, o que permitia que ouvisse os livres depoimentos sobre as das atrocidades e dos acontecimentos trágicos do tráfico negreiro”.¹¹¹

Antes de Richard Barnard, o capitão da Marinha Real Britânica Willian F. Owen, a mando do Almirantado e do Centro Hidrográfico Britânico, percorreu a costa leste da África entre os anos de 1822 e 1826.¹¹² Embora não dispusesse dos instrumentos de polícia garantidos aos seus seguidores pelas medidas da década de 1840, Owen representava o crescente interesse britânico na costa leste do continente e a intenção de

108 Richard Barnard, *Three Years Cruise in the Mozambique Chanel, for the Suppression of the Slave Trade*, London: Richard Bentley, 1848.

109 Barnard, *Three Years Cruise*, p. 40.

110 Barnard, *Three Year Cruise*, p. 50.

111 Newitt, *História de Moçambique*, p. 251, tradução minha; Malynn Newitt, *Portuguese Settlement on the Zambesi: Exploration, Land Tenure and Colonial Rule in East Africa*, Nova York: Holmes and Meier Publishers, 1973.

112 Willian F. Owen, “Information to the Lords of the Admiralty, from Eastern Coast of Africa (extract) by Captain Owen to J. W. Croker, Esq. H. M. S. Leven, Mozambique, October 9, 1823”, *Foreign Office*, v. 12 (1824-1828). Informações sobretudo sobre o estado do comércio de escravos em Moçambique, Quelimane e Inhambane e sua impossibilidade de atuação na apreensão dos navios tumbeiros: “The Vessel I boarded off Quilimane was under Brasil Colors, and going for a Cargo of Slaves, but I did not interrupt her voyage, having no Instruction on the subject”, p. 269.

constituir bases estratégicas para facilitar não só as relações comerciais, como agir contra o tráfico.¹¹³ Para além das descrições sobre os navios e suas cargas, fez uma varredura da movimentação marítima, cartografando quase toda a costa oriental, desde localidades mais ao sul (Delagoa Bay, denominação inglesa da Baía do Espírito Santo ou de Lourenço Marques, nas fontes portuguesas), a foz do rio Zambeze e Quelimane, até a região das ilhas de Zanzibar e Pemba, indo ainda mais ao norte.¹¹⁴ Junto a uma equipe de estudiosos-parceiros, encarregados de levantar o sistema hidrográfico e a botânica de amplas regiões, foram observadores compromissados com os interesses britânicos, realizando expedições investigativas, travando relações, por vezes conflituosas, não só com a governança portuguesa, como negociações e tratados com as autoridades africanas locais e, especificamente, com chefes guerreiros que conduziam os nguni pela África meridional. Foram expressivos seus encontros e confrontos com Manicusse (ou Manicousa, como ele o chama), em outubro de 1822, quando ambos estavam próximos ao rio Tembe.¹¹⁵ Tais

113 Comissários navais pioneiros, na África Centro-oriental, ele e Fairfax Moresby, em sua atuação em Zanzibar e nas ilhas Maurícias, na década de 1820, bem como os tratados assinados por Owen com o centro de poder Tembe, e o de Moresby com Sayyid Said, de Zanzibar constituem as primeiras medidas efetivas de contenção do tráfico na região. Christopher Lloyd, *The Royal Navy and the Slave Trade. The Suppression of the African Slave Trade in the 19th Century*, Londres; Nova York: Routledge, 2007, parte III; Santos, “Lança presa ao chão”, pp. 66-67.

114 Nos percursos do Índico, a atuação de William Owen e dos oficiais a bordo do HMS Barracouta, no mapeamento da costa oriental pode ser documentada por representações cartográficas localizadas em acervos britânicos, mas também em Portugal, junto ao arquivo da Sociedade de Geografia de Lisboa. Sobre o tema, ver Jordan Goodman: “The Hell-Borne Traffic – William Owen and the African Slave Trade”, *Geographical – The Magazine of National Geographical Society*, september 2007, pp. 63-65; artigo em comemoração aos 200 anos da abolição do tráfico transatlântico de escravos, focalizando este que o autor considerou um “herói esquecido”.

115 William F. Owen, *Narrative to Explore the Shores of Africa, Arabia and Madagascar, performed in HM Ships Leven and Barracouta under the direction of Captains W. F. Owen, RN, in two volumes*, Londres: Richard Bentley, 1833. Também aqui é preciso considerar a autoria coletiva e anônima, uma vez que aparecem no texto diferentes autores, trechos escritos por participantes das expedições comandadas por Owen. A característica de “plágio”, ou empréstimos sucessivos sem a menção explícita da origem da informação ou da autoria do texto, foi remarcada como traço da literatura de viagem por Adam Jones; Beatrix Heintze, *European Sources for Sub-saharian Africa, before 1900. Uses and Abuses. Paideuma*, v. 33 (1987).

circunstâncias tornaram os comissários britânicos testemunhas oculares não apenas do comando dos guerreiros por seu *inkosi*, como sobre os deslocamentos relacionados à história do Reino de Gaza.¹¹⁶

Owen e seus parceiros diagnosticavam Quelimane como sendo um dos principais centros do comércio de escravos já na década de 1820, noticiando a quantidade de navios que chegavam do Rio de Janeiro (de onze a quatorze navios/ano). Transportando escravizados em quantidades fora dos termos da lei, esses mercadores demonstram habilidade em reconhecer as escarificações, identificando-as por procedência, e a participação generalizada de toda a sociedade: “cada casa portuguesa tem em seu quintal um barracão”.¹¹⁷ Mais significativa para o contexto que vimos discutindo, foi a viagem que seus emissários realizaram ao longo do rio Zambeze, a bordo da escuna Leven, e depois em canoas,¹¹⁸ relatando a ele a presença de comerciantes e de intermediários no comércio e no transporte de mercadorias como marfim, ouro e escravizados, e nele o envolvimento

116 A historiografia sobre o movimento denominado de *mfecane* é vasta, desde a produção de estudiosos sul-africanos impregnados pela visão colonialista até os estudos revisionistas, entre as décadas de 1980 e 2000 (Julian Cobbing, Norman Etherington, Elizabeth Eldredge, John Wright, entre outros). A discussão historiográfica encontra-se sumarizada na tese de Santos, “Lança presa no chão”, 2020, pp. 16-22. Ela também aponta a contribuição dos estudiosos sediados em Moçambique, entre eles Liesegang; “Contribuições para a história do império nguni de Gaza, sul de Moçambique, 1820-1895” (tradução livre do título em alemão), defendida em Colônia, em 1967; Gehard Liesegang, “Beitrag zur geschichte des reiches der Gaza nguni in sudlichen Moçambique (1820-1895)”, Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia da Universidade de Colônia, Colônia, 1967. No sentido também de revisão, aponta as contribuições trazidas tanto pelas entrevistas feitas por agentes coloniais e por missionários, entre eles Henri Junot, quanto, pouco anos após a independência, pelas diferentes equipes do CEA/UEM. Na obra organizada por Carlos Serra, *História de Moçambique*, volumes 1 e 2, Maputo: Livraria Universitária, 1988, assinala-se a ênfase na criação e no confisco de gado das populações conquistadas: “Os reis de Gaza fixaram as suas residências em zonas adaptadas à criação de gado bovino e à cultura do milho, que eram os produtos básicos de suas unidades domésticas. De fato, os Nguni tinham açambarcado durante o período de conquista a quase totalidade do gado bovino dos povos dominados. Apenas os chefes Tonga, como, por exemplo o de Manica, conseguiram reter o seu gado” (p. 114).

117 Owen, *Narrative to Explore the Shores*, 1833, p. 292.

118 William F. Owen, “Particulars of an Expedition up to Zambezi to Senna, performed by... (1823)” *Journal of Royal Geographical Society of London*, vol. 2 (1832), pp. 136-152. A importância da narrativa foi sublinhada por Newitt, *Portuguese Settlements*, p. 136.

de figuras de poder e donos de terras localizadas na rota fluvial, no geral luso-africanos e “canarins”, como eram denominados os que vinham de Goa. Dentre eles, encontrava-se o mercador Paulo Mariano Vas dos Anjos, fundador de uma das famílias do século XIX.¹¹⁹ Testemunhando aquilo que Capela, desde 1995, e Rodrigues, desde 2001, historicizaram, o relatório traz largas preleções sobre uma das donas de prazo, mesmo não a definindo como tal, Dona Páscoa Maria de Almeida, nos domínios de quem os expedicionários ficaram vários dias. Segundo o relato, a “governadora” de um largo território pagava tributos à Coroa, e mantinha agentes a seu serviço: “A Dona vivia engajada no comércio e era tida como uma das mais ricas pessoas na colônia. Seu principal agente era um Bengali que viajava com indígenas e “googs” e trazia ouro, marfim, e escravos das aldeias nativas”.¹²⁰

Vale aferir que a excursão pelo Zambeze até a localidade de Sena terminou dramaticamente com a morte de cerca de dez de seus principais auxiliares, entre eles cientistas de projeção em Londres, como o botânico John Forbes, Mr. Browe, Mr. Kilpatrick, além dos dois ajudantes Antônio e Adonis – todos de “febre”, mostrando que a questão nosológica durante um bom tempo continuava a impedir avanços físicos mais expressivos dos europeus pelo interior.

De outra parte, também explicitando a movimentação interna, é significativo o testemunho de Pedroso Gamitto, em 1859,¹²¹ expedicionário português e uma das fontes mais utilizada pelos historiadores da região denominada posteriormente de Zambézia. Numa dimensão próxima a Owen, Gamitto volta-se às dinâmicas da captação de escravos ao longo

119 Sobre a fisionomia social diversificada dos *mozungos*, compostos por homens nascidos na América Portuguesa, em Portugal – alguns deles fidalgos, e naturais de Goa e Dio – brâmanes, estabelecidos na Zambézia, ver Capela, *Donas, senhoras e escravos*, capítulo “Senhores – Os mozungos”, pp. 103-167. Sobre a denominação “canarins”, afirma Alpers que era referida aos indianos provenientes da região costeira de Kanara, imediações ao sul de Goa. Edward Alpers, “Moçambique marítimo, séculos XIV-XXI”; *Revista de História*, v. 178 (2019), p. 22, .

120 Owen, “Particulars of an Expedition”, p. 142, tradução minha.

121 Antônio Cândido Pedroso Gamitto, “Escravidão na África Oriental”, *Archivo Pittoresco*, n. 2 (1859), pp. 362-72 e pp. 397-400.

da bacia do rio Zambeze, mencionando intermediários, procedimentos de escravização e as diferentes modalidades de cativos próprias às sociedades da região e que, de uma forma ou de outra, iam sendo liberados para os fluxos marítimos Índicos e Atlânticos. Segundo ele, eram os *monçambaz*, agentes dos mercadores de Quelimane, que percorriam o interior de aldeia em aldeia em busca da melhor e mais abundante oferta de homens, mulheres e crianças que seriam convertidos em escravos. No processo de compra ou de escravização, além de destacar como modalidade significativa o processo de corpo-vendido (ou auto escravização) e as cerimônias tradicionais que selavam a transferência de posse conhecida como “quebra do mitete”, Gamitto descreve as diferenças entre as classes de escravos, distinguidos por faixa etária e por características físicas, e por fim, aqueles oferecidos em mercado e os que “vêm enganados”. Escrevendo para uma revista ilustrada, nos finais da década de 1850, suas observações revelam por traz destas negociações secretas, a quebra do que o observador dizia ser o “direito cafrial”; de acordo com ele seriam escravizados “os feiticeiros, os ladrões, os prisioneiros de guerra, a mulher revorada, e os seus filhos, aquela do marido, estes do pae”.¹²² Além disso, Gamitto menciona as transformações ocorridas no tempo, afirmando que “Em 1855, se ressuscitou o contrabando que já era muito raro; agora debaixo do judicioso pretexto de colonos livres engajados pelos franceses para a ilha de Reunião”; e criticamente finaliza: “engajados livremente, sob a persuasão das gargalheiras”.¹²³ Trata-se, na percepção de Gamitto, das evidências da continuidade do tráfico, redirecionado para as economias Índicas de *plantation*, do continente e das ilhas, sobretudo as francesas, sob o rótulo de *libre-engagé*. Por outro lado, na ótica de uma das autoridades coloniais, do início do século XX, “a escravatura interna nunca acabará”. Neste sentido, Luísa Martins, em seu estudo sobre os namarrais, retoma a ponderação feita pelo governador do distrito de Moçambique, em 1903, quando declarou:

122 Gamitto, “Escravatura na África Oriental”, p. 370.

123 Gamitto, “Escravatura na África Oriental”, p. 370.

mesmo que a exportação de escravos alguma vez acabasse, a escravatura interna nunca acabaria, na medida em que a noção de escravaria que os europeus tinham não fazia parte do entendimento das gentes da região, além de que, a sobrevivência obrigava a que mulheres e crianças fossem trocadas por sacas de milho.¹²⁴

Implicações do trato de seres humanos e rotas na segunda metade do século XIX

As colocações dos observadores deixam à mostra a complexidade da discussão sobre as formas internas de captação dos cativos, ou melhor, dos processos pelos quais os homens e mulheres livres se tornariam escravizados. Trata-se de uma temática significativa, visto as largas implicações do comércio de escravos no contexto dos prazos da Zambézia, da sociedade afro-indo-portuguesa, e da região como um todo, cuja dimensão pode ser entendida a partir das interpretações de Eugénia Rodrigues, Allen Isaacman e José Capela, discussão sumarizada pela primeira.¹²⁵ Segundo Isaacman, o desenvolvimento da Zambézia, e nela a importância de Quelimane, esteve ligada inextricavelmente à prosperidade brasileira,¹²⁶ e teria resultado na conversão gradativa dos donos de prazos a essa modalidade comercial cuja demanda não parava de crescer. Ele considera particularmente a posição dos *chikunda* ou *achikundas* que de braço armado dos prazeiros, nas razias em busca de escravos e nas caçadas

124 “Relatório de oito meses de governo do distrito de Moçambique por Jaime Pereira de Sampaio Forjas de Serpa Pimentel”, apud Luísa F. Guerreiro Martins, “Namarrais do antigo distrito de Moçambique: percurso identitários e resistência”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Évora, Évora, 2010, p. 72, . O contato com o trabalho de Luísa Martins veio a partir do estudo de inúmeras sociedades de fugitivos e refugiados, na segunda metade do século XIX, na região dos namarrais, ou próximas a ela, nos flancos continentais da ilha de Moçambique e de Angoche, em: Regiane Augusto de Mattos, “Entre aringas e quilombos: experiências e comunidades de trabalhadores no norte de Moçambique no século XIX”, *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 16 (2024), p. 1-23, .

125 Rodrigues, “Fazendo escravos”.

126 Isaacman, *A tradição de resistência*.

para a obtenção do marfim, nas áreas para além dos limites dos prazos, tornar-se-iam eles próprios vítimas da escravização conjuntamente com os colonos livres e os contingentes escravos dos prazos.¹²⁷ Além, é claro, do envolvimento crescente dos senhores e das senhoras prazeiras, como vimos. De outra parte, entre os “negreiros” elencados em seu dicionário, Capela transforma em verbetes autobiográficos um número impressionante de mercadoras afro-portuguesas ou africanas dos prazos de Quelimane e da Zambézia envolvidas nos negócios desde meados do século XVIII aos anos 1870, abrindo espaços de investigações sobre o papel de poder das figuras femininas em grande parte das sociedades mistas, atlânticas e indicas.¹²⁸

Eugénia Rodrigues e José Capela equacionam as transformações históricas num plano mais geral, no qual os altíssimos lucros das atividades dos tumbeiros e seus agentes quebraram a unidade tradicional e os direitos seculares que haviam regulado as relações sociais não só nos prazos, como alterando drasticamente as regras do direito dos povos centro-africanos.¹²⁹ Como sentencia Capela, “O tráfico foi, ao longo dos séculos, ‘resgate’, jamais negócio”,¹³⁰ e com este dizer pretendeu sumarizar as múltiplas formas de escravização, incluindo a do “corpo vendido” comum tanto nos momentos de escassez como nas fases da demanda extensiva por escravizados, e antes delas.¹³¹ Além das migrações de populações, incluindo fugas de escravizados, e a situação de instabilidade característica da segunda metade do século XIX, multiplicaram-se

127 Allen Isaacman e Barbara Isaacman, *Escravos, esclavagistas, guerreiros e caçadores. A saga dos chikundas do vale do Zambeze*, Maputo: Promédia, 2006.

128 Capela, *Dicionário de negreiros em Moçambique*, 2007.

129 Rodrigues, “Fazendo escravos”, Capela, *O tráfico de escravos*.

130 Capela, *O tráfico de escravos*, p. 21.

131 Capela, *Donas, senhores e escravos*, pp. 194-195; Eugénia Rodrigues, “‘E viesse outro amo que lhes soubesse criar melhor’: Negociar o trabalho escravo em Moçambique no século XVIII”, *Africana Studia*, n. 14 (2010) pp. 53-71, [↗](#). O instituto do “corpo vendido” foi observado nos finais do século XVI e inícios do XVII pelo missionário dominicano João dos Santos, em sua passagem pela Zambézia, conforme Moreno Stedile, “O mundo da escravidão na ‘Etiópia oriental’, de João dos Santos”, comunicação junto ao *IV Encontro Internacional da Abe-África*, Aracaju, novembro 2024.

as comunidades de refugiados e a versão zambeziana dos quilombos, as chamadas aringas, estudadas inicialmente por Capela e mais recentemente por Mattos, formações sociais ligadas também ao advento do poder pessoal dos senhores da guerra.¹³²

Considerando o processo histórico de escravização e do comércio de escravos contextualizado por movimentos internos e externos às sociedades africanas, a partir dos meados do século XIX, diante da conjuntura de restrições e do final do tráfico atlântico, verificam-se, uma vez mais, deslocamentos dos fluxos e das direções das exportações. Segundo Capela, as caravanas comerciais (geralmente de yaos e outros grupos “maometizados”) vindas do alto Zambeze e da região dos Lagos, e que antes se encaminhavam para Tete e Quelimane, reorientam-se para os portos mais ao norte, fora da jurisdição portuguesa, sobretudo em direção a Kilwa e daí para Zanzibar, centro revitalizador da economia de *plantation*, alimentada por trabalhadores tanto escravizados como contratados.¹³³

Como foi evidenciado em estudo anterior,¹³⁴ a partir da instalação e consolidação dos sultões provenientes de Omã em Zanzibar, na década de 1840, aumenta ainda mais o cenário já habitual e secular das movimentações árabes e swahili no Índico, com suas embarcações chamadas de *dhow* circulando pelo oceano.¹³⁵ “Quando as flautas tocam em Zanzibar, dança-se nos lagos”, dizia um dito da tradição oral, reproduzido por Newitt. Os polos de atração, revigorados pelos novos tempos do capitalismo, acentuam as movimentações das regiões mais ao sul em direção

132 José Capela, “Como as aringas de Moçambique se transformaram em quilombos”, *Tempo*, v. 10, n. 20 (2006), pp. 72-97, . Regiane A. de Mattos, “Entre aringas e quilombos”.

133 Capela, *O tráfico de escravos*.

134 Wissenbach, “Conectando sertões e oceanos”, pp. 141-177.

135 Abdul Sheriff assinala a navegação índica e os contatos entre as sociedades africanas e as do Golfo Pérsico, da Índia, da China na perspectiva de um processo de longa duração, usando as referências de F. Braudel e K. N. Chaudhuri, adicionando a dimensão cultural na movimentação intercontinental e nas redes que incluem a costa oriental da África, o sul da Península Arábica e a costa ocidental do sul da Ásia. Abdul Sheriff, *Dhow Cultures of the Indian Ocean: Cosmopolitanism, Commerce and Islam*, London: Hurst Publishers, 2024.

às economias do norte: Zanzibar e Pemba, na costa oriental africana, e Muscat, na Península Arábica, as ilhas francesas do Índico, todas com plantações de açúcar, de cravo-da-índia, coco e grãos, gergelim que passam a chamar para si os grandes contingentes de escravizados provenientes não só do Sul, como também das zonas situadas mais ao interior entre os lagos Nyassa e Tanganica, se estendendo em direção às regiões do Alto Congo.

Nessa época, segundo autores como Sherif¹³⁶ e Harms,¹³⁷ mercadores zanzibares, nyamwezi, árabes, indianos, swahili, persas, inauguram também novas formas de ligação entre a costa e o interior, ao formarem caravanas acompanhadas por milicianos fortemente armados com o objetivo de apreender e comercializar tanto marfim, quanto escravizados.¹³⁸ Os testemunhos sobre essa nova e vigorosa onda de caravanas que traziam quantidades enormes de marfim, mas também de escravizados das áreas interioranas da África Central, bem como o recrudescimento da instituição nas sociedades da costa e insulares podem ser encontrados em muitos dos relatos dos expedicionários ocidentais que, a partir da década de 1850 e 1860, passam a percorrer e escrutinar mais intensamente os territórios africanos.

Em que pese os compromissos com as campanhas abolicionistas e com a luta contra os traficantes de escravos, e uma certa ojeriza em relação aos portugueses, figuras de renome nas incursões pela África Oriental, como Édouard Foà (1862-1901), David Livingstone (1813-1873), John Kirk (1832-1922), Karl Peters (1856-1918), Frederick Selous (1851-1917), entre outros tantos, mantiveram estreito contato com grupos de mercadores e de trabalhadores caravaneiros dos quais dependiam estreitamente e no cômputo dessas excursões que, de fato, sinalizavam o cenário

136 Abdul Sheriff, *Slaves, Spices & Ivory in Zanzibar: Integration of an East African Commercial Empire into the World economy, 1770-1873*, Londres: James Curvey, 1987.

137 Robert Harms, *Lands of Tears. The Exploitation of Equatorial Africa*, Nova York, Basic Books, 2019.

138 Wissenbach, “Conectando sertões e oceanos”, pp. 141-177.

de disputas entre as potências europeias, evidenciavam as rivalidades territoriais e o desdém que britânicos, franceses e alemães nutriam contra os portugueses, e mais especificamente contra os *muzungos* mestiços das áreas de fronteira. Segundo Isaacman e Isaacman, seus registros dão um quadro vivo das repercussões devastadoras do tráfico de escravos na Zambézia e proporcionam dados precisos sobre as mudanças que se operam nessa época.¹³⁹

Talvez uma das expedições mais significativas tenha sido a da Zambézia, sob o comando de David Livingstone e Charles Livingstone, entre os anos de 1858-1864, tida pelos estudiosos como ponto de inflexão das excursões de tino científico, com suas múltiplas investigações da geologia, da botânica e da hidrografia da região.¹⁴⁰ Subindo o rio Zambeze a bordo do vapor *Ma Robert*, juntamente com uma equipe de homens dos institutos das ciências em Londres, a expedição acumulou indícios das novas configurações sociais que se faziam presentes e que giravam em torno de pelo menos cinco centros de poder e os conflitos entre eles. Além dos próprios britânicos e seus interesses, descreveram os postos avançados da coroa de Portugal (Tete, Sena e em menor grau Zumbo); os prazos da Coroa, as famílias luso-africanas e de origem goesa; o poder pessoal independente dos *muzungos* com seus exércitos particulares e a formação das aringas fortificadas da Zambézia; além de chefaturas tradicionais dos povos africanos aí estabelecidos e guerreiros nguni em sua movimentação. Numa fase em que abundavam as grandes caravanas que traziam marfim de regiões cada vez mais longínquas, além de acompanhar e descrever a movimentação dos caçadores organizados em companhias, o suprimento das carnes entre as populações locais, os expedicionários entrevistam escravizados que, embora tenham vendido seu corpos em troca de sobrevivência, teriam sido eles próprios donos de famílias de outros escravizados e comandavam os negócios de marfim das localidades zambesianas em

139 Isaacman e Isaacman, *Escravos, esclavagistas, guerreiros e caçadores*, p. 37.

140 David Livingstone e Charles Livingstone, *Narrative of an Expedition in the Zambesian and its Tributaries. And the Discovery of the Lakes Shirwa and Nyassa (1858-1864)*, Londres: John Murray, Albemarle Street, 1865

direção aos portos do mar. Foram eles, junto com os mercadores mestiços, guias das aventuras ocidentais nada despretensiosas, disponibilizando não só as informações e compartilhando a familiaridade com as rotas e os cursos dos rios, como também sua capacidade em arregimentar carregadores e dispor de embarcações.

Inaugura-se, nesse contexto, outro período do comércio de marfim, de escravos e de borracha, regulamentado a partir de então pelas demandas renovadas do capitalismo. Em 1902, encontram-se ainda imagens de africanos presos em libambos, sendo a maior parte crianças e mulheres, como um dos traços do comércio de seres humanos que distingue esta fase das anteriores.¹⁴¹ Perceber neles evidências da transição em direção ao trabalho livre é quase uma ironia.

Por fim, para concluir o percurso deste artigo, da vinda e da vida dos moçambiques no Brasil aos novos destinos tomados a partir dos meados do século, é válido reconhecer processos interconectados nos quais as trajetórias de deslocamentos compulsórios para as Américas iniciaram-se em amplas regiões da África Central, no século XIX. Por outro lado, impõe-se a necessidade de reconhecer que o escravismo moderno deixou sequelas não só nas sociedades americanas, como operou como elemento desintegrador de muitas das sociedades africanas. Esse tem sido um dos caminhos possíveis para deslindar as conexões de um universo mais amplo articulado a partir do comércio de seres humanos.

Recebido em 30 jul. 2024

Aprovado em 17 dez. 2024

doi: 10.9771/aa.v0i70.62788

141 José Capela, “O tráfico da escravatura nas costas de Moçambique, em 1902”, *Arquivo*, n. 3 (1988), pp. 5-11.

Tendo em vista os fluxos de africanos centro-orientais em direção às sociedades americanas, o objetivo do artigo é reafirmar sua presença na escravidão oitocentista, bem como examinar as dinâmicas do tráfico na África Centro-oriental, seja avaliando processos de razia e apreensão, seja detalhando o envolvimento de interesses variados. Concentrações de armadores, donos de navios, mercadores de muitas nacionalidades articulados entre si e em torno de centros de poder e da administração portuguesa – a ilha de Moçambique, os xecados e sultanatos da costa, o porto de Quelimane, os prazos da Zambézia – deram conta de volumes crescentes, estendendo no tempo as atividades da apreensão compulsória. Processos históricos que alteraram profundamente a eventual estabilidade de sociedades africanas já fragilizadas por outras circunstâncias traumáticas. Compilando fontes e referenciando a bibliografia, insiste-se no fato de que as trajetórias dos “moçambiques” em diáspora, sintetizadas na primeira parte, foram precedidas por percursos de deslocamentos e lastros em histórias africanas que devem ser levadas em conta.

Tráfico de escravizados | Século XIX | Moçambique | Nações diaspóricas | Quelimane | Ilha de Moçambique

THE INDIAN OCEAN AND THE ATLANTIC DIASPORA: THE ROLE OF HUMAN TRAFFICKING IN CENTRAL-EASTERN AFRICA IN THE 19TH CENTURY

Given the flow of East Central African captives towards American societies, the aim of the article is to examine the nineteenth-century dynamics of this trade to and in Brazil, as well as. In East Africa, networks of shipowners and merchants of various nationalities were centered around native and Portuguese power centers—such as Mozambique Island, coastal sheikdoms and sultanates, the port of Quelimane, the prazos of Zambezia—accounted for increasing proportion of the trade. With time, compulsory recruitment increased. These historical processes profoundly altered the stability of African societies already weakened by other events. The second part of the article analyzes primary sources and bibliography, the article argues that the trajectories of the “Mozambiques” in the diaspora, summarized in the first part of the paper, were shaped by paths of displacement and rooted in African histories that must be considered.

Slave trade | 19th Century | Mozambique | Diasporic nations | Quelimane | Mozambique Island